

ENTREVISTA PÚBLICA CONCEDIDA POR FAUSTO CASTILHO*



Breve apresentação de Fausto Castilho

Com toda uma vida dedicada à reflexão, Fausto Castilho teve a sua trajetória marcada por duas grandes paixões: a Filosofia e o Brasil. Ambas o acompanharam desde a infância e a adolescência, tendo atravessado o seu caminho personagens emblemáticos, que o ajudaram a demarcar o traçado peculiar do seu destino. Formado na Sorbonne, numa época em que ela reunia, com seu corpo docente, um dos mais significativos e completos departamentos de filosofia do ocidente, Fausto Castilho trouxe consigo diversos métodos rigorosos de trabalhar um texto filosófico, sem jamais deixar de ter um pensamento e uma posição refletida sobre os temas aos quais se dedicou. Essa mesma postura sempre marcou sua profunda reflexão sobre o Brasil, que sempre coadunou assuntos estratégicos,

* Essa entrevista foi realizada nos dias 22 e 23 de março de 2012, em auditório do Bloco 50, na Universidade Federal de Uberlândia. Conduziram a entrevista, em nome da Revista Educação e Filosofia, os professores Alexandre Guimarães Tadeu de Soares, Luciene Maria Torino e Marcos César Seneda. Transcreveram essa entrevista Arthur Falco de Lima e Silvane da Silva Vieira.

vocação tecnológica e formação política, ocupando-se não tanto com a identidade do país – tema que marcou sua geração –, mas muito mais com o seu desenvolvimento e sua inserção cosmopolita.

Com voz viva e grave, imobilizando por horas todos os que foram ouvi-lo, Fausto Castilho nos concedeu essa entrevista pública, em que nos conta um pouco de sua militância acadêmica e nos deixa entrever vários de seus projetos filosóficos. À guisa de apresentação deste diálogo ao leitor, reunimos algumas notas da sua biografia acadêmica e também política, que se fez no sentido de uma autêntica militância intelectual. Sua vida se confunde, de certo modo, com a História cultural do Brasil e do mundo na segunda metade do século XX. Nela Fausto Castilho desempenhou tanto o papel de brilhante analista, quanto o de agente engajado. Seu espírito efetivamente filosófico jamais o afastou da ação quando o *kairós* assim o exigiu.

Não podemos deixar de mencionar, nessas notas, os primeiros mestres, os guias intelectuais de Fausto Castilho. O intenso confronto provocado pela esfuziante Semana de Arte Moderna de 22 – o embate de um Brasil ainda conservador com o seu próprio desejo de reinvenção e afirmação de sua rica e singular diferença – ainda se fazia sentir na década seguinte, numa oposição ininterrupta que, então, Fausto Castilho testemunhou. Talvez esse solo combativo tenha fomentado ainda mais profundamente o que se mostrou ser a principal marca do seu espírito: o pluralismo. Monteiro Lobato talvez seja o responsável pela sua reiterada preocupação com o Brasil em todos os seus aspectos: com as especificidades, com a própria definição da brasilidade; com o seu zelo pelo interesse nacional, a bem dizer, com o seu nacionalismo; e, principalmente, com o seu cuidado teórico com a transferência das instituições. Oswald de Andrade – manifesta antítese de Lobato – talvez tenha lhe ensinado a ser inovador e surpreendente, por lhe abrir os olhos para o mundo e, então, para inserção cosmopolita do nosso país. Figura decisiva na sua partida para França, o vigoroso Oswald talvez lhe tenha inculcado a ideia de que seria possível ousar fazer do Brasil um país efetivamente moderno. Como uma figura ímpar, síntese, talvez, dos dois mestres anteriores, Antonio Candido sempre o orientou, abrindo-lhe caminhos inclusive depois de seu retorno ao Brasil. Seguindo a sua fecunda orientação, Fausto Castilho estudou com os mestres da missão francesa, partindo, porém, para a

Europa, por insistência e apoio de Oswald de Andrade, a fim de completar a sua formação na Sorbonne, onde estudou com os principais filósofos e historiadores da Filosofia da França de então. Recomendado pelo próprio Merleau-Ponty, Fausto Castilho seguiu, depois, para a Alemanha, para aprofundar seus estudos sobre Fenomenologia e desenvolver um trabalho sobre a terminologia kantiana. Lá assistiu aos cursos e seminários de Eugen Fink e de Martin Heidegger.

Retornando ao Brasil, então formado pelo que havia de melhor na Europa e sob permanente inspiração dos seus mestres brasileiros, Fausto Castilho dedicou-se rigorosamente à docência e à pesquisa universitárias num país historicamente resistente ao espírito acadêmico. Razão pela qual boa parte sua luta política foi para constituir no Brasil uma universidade que fosse propriamente uma instituição de estudos, consagrada à pesquisa no sentido pleno do termo. Convidado para integrar a comissão organizadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), orientou a construção do seu *campus*, segundo o princípio interdisciplinar que havia concebido na Nacional do ABC, e organizou a área de Humanidades e Ciências Humanas, principalmente: Filosofia, Ciências Sociais, História, Letras, Linguística e Economia. Defendeu a sua tese de Livre-Docência, um estudo sobre Husserl intitulado: *A via redutiva da pergunta-recorrente que parte da Lebenswelt* e, em seguida, começou a lecionar na Universidade de São Paulo (USP). Retornando à UNICAMP em 1986, propôs a criação do curso de graduação em Filosofia. Dedicou-se nessas últimas décadas, como exercício indispensável do estudioso em sua prática docente, à tradução de textos de Hegel, Croce, Habermas, Eugen Fink, Hobbes, Locke, Espinosa, Marx, Descartes, Kant e Heidegger. Dessas traduções, Fausto Castilho já publicou o *Manual dos cursos de Lógica Geral*, de Kant, as *Meditações sobre Filosofia Primeira*, de Descartes, *O método da Economia Política*, de Marx. Sua mais recente publicação é a tradução, de grande fôlego, desenvolvida durante décadas de estudo e docência, de *Ser e Tempo*, de Heidegger. A prática da tradução estudada levou-o a organizar a Coleção Multilíngues da Editora da UNICAMP. Dirige também o Centro de Estudos da História da Filosofia Moderna e Contemporânea (CEMODECON) da referida universidade. Em 2002 recebeu o título de professor emérito da UNICAMP, o mais alto título honorífico que um professor pode receber de

sua própria universidade. É de Fausto Castilho também um importante livro sobre a Universidade em nosso país, a saber: *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*.

Para além de todas essas marcas de excelência, foi como professor que Fausto Castilho expressou de modo genuíno a profundidade de sua vida filosófica. Todas as instituições por que passou registraram, pelo testemunho dos ex-alunos, a presença do extraordinário professor, capaz de refletir enquanto ensinava, de concentrar a atenção de todos mesmo nos momentos mais difíceis do texto, e de assumir posições próprias enquanto explicitava fielmente os fundamentos de diferentes filosofias.

A entrevista que segue pretende, então, apresentar as linhas de força dessa vida filosófica que se faz no espírito de uma paixão, que contagia incessantemente os que o encontram. Essa paixão que se confunde com o sentido e com o espírito da própria Filosofia, a paixão pelo estudo e pela livre investigação em todos os seus aspectos: tanto nos mais práticos, comprometidos com a criação das suas condições, quanto nos mais teóricos, que descortinam novos horizontes para o pensar.

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares
Luciene Maria Torino
Marcos César Seneda

FAUSTO CASTILHO: Uma vida filosófica

E&F: *Como o senhor descreveria o Brasil da sua infância?*

Fausto Castilho: Eu não tenho nenhuma capacidade de descrever o Brasil da minha infância. Eu nasci em Cambará, frente pioneira pura, em um momento em que os paulistas começam a penetrar o norte do Paraná. O meu pessoal esteve no desbravamento daquela região, tanto assim que eu estive em várias fazendas naquela região. Numa delas, eu me lembro, havia uma tribo de índios. O grande problema para Cambará era se entender com a tribo. Esse é o Brasil de que eu poderia falar longamente, da frente pioneira do café paulista, que, segundo os geógrafos contratados pelo Júlio Mesquita, amigos do Caio Prado, dão início à nova fase do Brasil. A minha tese, levando essa sugestão dos geógrafos franceses, é que ali no norte do Paraná, depois Mato Grosso do Sul, começa a segunda fase da história do Brasil. Não estou exagerando. Por quê? O que caracteriza o Brasil contemporâneo é o abandono do eixo norte-sul pelo eixo leste-oeste, e isso se inicia, segundo os geógrafos franceses, com a frente do café. E eles têm de ser lidos por causa disso, porque eles interpretam o nosso desenvolvimento do ponto de vista, a meu ver, o mais correto possível, ou seja, a partir dessa inversão dos eixos. Sobre o eixo norte-sul se escreveu toda a história do Brasil até recentemente; agora a história tem de ser feita pelo curso de ocupação territorial, do território que nunca foi nosso, e que só agora começa a ser transferido, por causa dessa inversão dos eixos. Nenhuma grande nação escreveu a sua história a não ser se apoiando na ocupação territorial. A história dos Estados Unidos da América é principalmente a história da ocupação do território norte-americano e dos vizinhos, diga-se de passagem, não é verdade? A começar pelos franceses que ocupavam a maior parte atual do território norte-americano. Nessa ocupação se incluem os mexicanos e toda a circunvizinhança. O Brasil assiste a esse momento, por causa da inversão dos eixos. Trata-se de um fenômeno demográfico da maior importância. É o que Império e a Primeira República situaram os imigrantes europeus no sul e lá eles hibernaram durante mais de um século. De repente eles resolveram ocupar o Brasil central e assim por

diante. Então, esse estoque de imigrantes do sul é que você hoje em dia encontra em todo lugar, você encontra aqui em Uberlândia, você encontra no Mato Grosso do Sul, você encontra no sul do Goiás, você encontra no oeste da Bahia. Esse é o fenômeno novo que nós assistimos pela primeira vez na frente pioneira do norte do Paraná; todas essas estradas de ferro paulistas estão na origem da inversão dos eixos.

Então o que é que eu tenho para recordar da minha infância? Eu tive uma infância muito feliz, eu era um menino da roça cujo avô tinha uma casa em São Paulo, portanto, eu combinava essas duas alternativas. Como garoto da roça, eu tive uma infância muito boa. Nesta fotografia eu tinha uns setes anos.



FOTO 1 – Fausto Castilho na fazenda de seu avô Cesário Castilho, montando seu cavalo Flax

Eu estava em cima de um cavalo que se chamava Flax e que era meu, meu avô tinha me dado. Meu avô está no cavalo branco, o nome dele é Cesário Castilho. Aí é a fazenda Santo Antônio, em Cornélio Procópio, onde ele morava. Eu estou ali com dois estudantes ou médicos de São Paulo – não sei se eles eram já formados –, que eram hóspedes do meu avô naquele momento. A fotografia foi feita porque quando esse pessoal queria aumentar a lavoura de café, eles primeiro tinham uma despesa que

era para limpar o terreno, que é o que eles chamavam de destoca. Então nós estávamos ali para ver a destoca de um terreno onde o velho ia mandar plantar mais cafezal. Um garoto de sete anos não pode ser infeliz tendo um cavalo como o Flax, vivendo na roça protegido pelo avô. Tem outra fotografia, em que estou em cima de um touro.



FOTO 2 – Fausto Castilho na fazenda de seu pai, montado em touro indiano da raça Gir

Aí eu já devia ter uns 18 ou 19 anos. É numa outra fazenda, essa era do meu pai. Ele veio comprar esse touro, e eu, mesmo sendo menino, vim junto com ele a Uberaba. Eu passei por aqui, que era Uberabinha. Quem conhece gado percebe que se trata de um reprodutor Gir. Isso era o curral da fazenda Barreirão. A primeira fazenda era em Cornélio Procópio, a do meu avô; essa é em Ambirá, perto da fronteira com São Paulo. Eu estou em cima desse touro, com esse boné que eu tinha comprado no Marrocos, porque um amigo meu me disse: “Você acabou de chegar do Marrocos. Você vai tirar uma fotografia em cima de boi indiano para mostrar para os seus colegas franceses que aqui se cria gado”. É claro que eu não mostrei para ninguém. A minha infância foi isso.

E&F: *Como foi a sua formação no Liceu francês? O que o senhor considera que, nessa época, despertou o seu interesse por estudar Filosofia?*

Fausto Castilho: Em São Paulo passei por várias escolas. A minha família não se satisfazia muito com elas, até que eu fui para o Liceu Franco-Brasileiro – que o Getúlio Vargas exigiu que mudasse de nome, e passou a se chamar Liceu Pasteur. No Pasteur eu consegui uma coisa que foi muito importante para mim e para as universidades brasileiras pelas quais eu passaria no futuro. Eu passei a falar francês tão bem, ou melhor do que o português, quando era apenas adolescente, então eu considero isso uma vantagem para os meus estudos. A primeira vez que eu me deparei com filosofia foi no Liceu Franco-Brasileiro. Um francês, professor Frank, que não era nem de filosofia nem de literatura, mas era simplesmente um homem formado num Liceu na França, um dia disse o seguinte: “Eu vou ler para vocês” – traduzindo o texto francês naquele português, para nós, “macarrônico” –, “a Carta Sétima de Platão”. Eu saí dali, daquela aula, dizendo para todo mundo: “Eu vou estudar filosofia”. Porque eu perguntei para ele: “O que é isso?”. E ele respondeu: “Isso se chama filosofia”. Defini a minha vida inteira! Vocês vejam o que é um professor! A briga na minha família por causa dessa minha opção foi enorme, principalmente porque eu estava no final do colégio, do curso secundário, me preparando para o vestibular da Faculdade de Direito de São Francisco na USP. E logo em seguida, eu fiz o vestibular. Fui examinado em latim pelo professor Sampaio, e fui examinado em francês pelo professor Cardoso de Melo, que tinha sido governador de São Paulo, era uma personalidade ilustre da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Quando chegou na questão de literatura, ele me disse: “Vamos fazer a prova final”. E me perguntou sobre o que eu sabia a respeito do manifesto de Victor Hugo sobre o romantismo. Aí, modéstia à parte, eu dei um baile no velho, e eu saí de lá calouro da faculdade. Mas aquilo não tinha nenhum interesse para mim, só a minha família era que dava importância a esse negócio de estudar Direito. Então eu criei, sem saber, um verdadeiro trauma. O meu pai não se conformava, porque era um homem acostumado a ganhar dinheiro. Ele dizia para o meu avô o seguinte: “Como é que esse menino,

que passou no vestibular da USP, vai agora estudar filosofia para morrer de fome?” Vocês imaginam o clima que havia dentro de casa. Eu tinha, no entanto, o patrocínio do meu avô, que era quem mandava. Um dia, ele me chama e diz: “O seu pai anda muito aborrecido com você, porque diz que você agora ultimamente está com umas manias de padre”. Eu respondi: “Não, eu quero fazer filosofia no lugar onde estão todas as pessoas que entendem disso, eu preciso fazer filosofia. E a Sorbonne é onde eu pretendo estudar. Não é de padre coisa nenhuma, ao contrário, é uma universidade laica, tradicionalmente laica”.

E&F: *Quais foram as suas influências intelectuais mais marcantes na sua juventude aqui no Brasil?*

Fausto Castilho: Quando eu era estudante do Franco-Brasileiro, lá do liceu Pasteur, eu era um garoto muito atrevido. Para vocês terem ideia da minha ousadia, um sábado eu e um colega – que depois no futuro viraria um desembargador importante de São Paulo –, moleques de calça curta, resolvemos ir conhecer Monteiro Lobato. Lá fomos, e tocamos a campainha. Era uma casa ali na Aclimação. Atendeu-nos uma senhora idosa, que depois nós ficamos sabendo que era a Dona Purezinha, e nós dissemos: “O doutor Lobato está?” Ela disse: “Está”. “Nós queríamos falar com ele”. “Sobre o quê?” “Sobre os livros que nós lemos dele”. Ela fez a gente entrar, serviu chá. Evidentemente, isso não existe mais, ninguém mais serve chá para garotos de calça curta. Foi por essa ousadia, por essa insolência da adolescência, que eu fiz o meu primeiro conhecimento de uma cabeça realmente impressionante. Depois, com outros amigos, nós repetimos a dose, já que com o doutor Lobato tinha dado certo. Monteiro Lobato foi o primeiro, aí eu pessoalmente resolvi passar para os antípodas. Bati à porta do Oswald de Andrade. Eu já o tinha conhecido na Biblioteca Municipal, que eu frequentei já garotinho. Eu também já tinha conhecido Sérgio Milliet, que era uma figura importante na época. Basta dizer que ele foi uma espécie de secretário da missão francesa que organizou a USP, amigo do Júlio Mesquita Filho, tendo, portanto, acesso ao que havia na execução do projeto de criação da USP. Ele gostava muito de mim, porque ele tinha uma sala lá em cima, mas quando ele sabia que eu tinha entrado

para a leitura na biblioteca, ele vinha conversar comigo e me orientava. Quanto ao Oswald, acho que o conheci com 14 anos. O Antonio Candido diz que eu conheci o Oswald pelo Rudá, filho dele. Não é verdade. Eu nem sabia da existência do Rudá, fiquei sabendo posteriormente. Foi realmente a petulância que me levou a bater à porta do Oswald. Ele estava recém-casado com a Maria Antonieta D'Alkmin, que era uma mocinha. O Oswald já era idoso, mas sempre com mania de ter mulheres jovens, e foi um choque, porque era justamente antípoda de um homem como Monteiro Lobato. Lobato tinha horror ao modernismo, ele dizia o seguinte: “Essa turma quer esconder que o maior pintor do Brasil – um homem de Santos – é o Benedito Calixto”. O Lobato tinha razão, era um pintor genial, que eles não consideravam.

O Oswald estava numa fase em que ele tinha pretensão, sem nunca ter feito um curso de filosofia, de disputar uma cadeira de filosofia na USP, e chegou a redigir uma tese. Eu o conheci nesse momento. Então, um dos aspectos que vinha sempre nos nossos encontros era a tese. A tese, do ponto de vista de filosofia, era horrorosa, simplesmente porque ele misturava sociologia, história, política, antropologia cultural e filosofia da religião. Realmente, havia ousadia da parte dos adolescentes, batendo à porta dessas figuras; a ousadia do senhor Oswald era também imensa e ajudou muito, porque ele tinha muitos conhecimentos e conhecia muita gente. E então, como eu sempre dizia que ia um dia fazer filosofia no exterior, depois que terminasse o colégio – mas eu não sabia ainda que era na Sorbonne – ele, o Paulo Duarte, o Sérgio Milliet e outros acabaram me convencendo e convencendo indiretamente o meu avô, que no fundo era quem mandava, de que o melhor corpo docente de filosofia que havia no mundo era da Sorbonne, era o mais completo.

E&F: *Como foi sua estadia na França?*

Fausto Castilho: Quando eu cheguei a Paris, eu levei uma carta do Antonio Candido para o Paulo Emílio Sales Gomes, que tinha sido aluno da USP. E o Candido dizia o seguinte: “Paulo, o Fausto quer estudar filosofia aí em Paris, dê cobertura para ele”. No mesmo dia de minha chegada a Paris, fui ao apartamento de Paulo no Boulevard Saint-Germain.

Paulo levou-me até Madame Jeanne, conseguindo que ela me alugasse um pequeno apartamento no nº 3 Bis da praça da Sorbonne, onde ele mesmo residira antes da guerra, quando, fugindo do Brasil, ele foi para Paris. Acho que foi em 36 ou 37.



FOTO 3 – Cartão Postal da Praça da Sorbonne. Vê-se, à direita, o apartamento em que Fausto morou quando de seus estudos de filosofia na Sorbonne. Bem em frente, a importante livraria Vrin

Ali fiquei durante a maior parte do tempo em que estudei na Sorbonne. Então o Paulo me disse o seguinte: “Você vai ficar aqui e vai ser prisioneiro dessa praça”. Realmente, uma prisão fantástica, que tinha na frente a livraria Vrin, que como se sabe, é uma das maiores editoras, hoje, de filosofia do mundo inteiro. No fundo, vocês têm a velha igreja, onde a Universidade nasceu para depois renegar a sua origem. Eu acordava para as aulas com o toque dos sinos da igreja, porque eu morava no 3 Bis, que é do lado direito da praça. Do lado esquerdo, na esquina, tinha a PUF. Do outro lado da praça, diante do meu apartamento, ficava a livraria Vrin. E no fundo da praça estava a Sorbonne. A minha prisão era ótima, não me assustava de modo algum.



FOTO 4 – Pátio interno da Universidade de Paris – Sorbonne

E&F: *Como era o corpo docente da Sorbonne nessa época?*

Fausto Castilho: Eu vou começar pelos gregos. Nós tínhamos dois professores de grego, pelo nome deles, os que estão informados verão logo de quem se trata. O professor mais antigo era Pierre-Maxime Schuhl, o autor daquele famoso *Ensaio sobre a formação do pensamento grego*. Em segundo lugar, nós tínhamos o professor Victor Goldschmidt, famoso no mundo inteiro pelos estudos que fez, quando mais jovem, sobre os diálogos de Platão, e que tinha outros livros marcantes sobre a filosofia grega. Goldschmidt era mais exigente do que Pierre, não sei se era uma questão de idade, eu acho que não; é que Goldschmidt tinha uma formação lógico-matemática e Pierre não tinha. Pierre era um grande especialista em mitos gregos e em religião grega. Então havia maior flexibilidade da parte de Pierre apresentando os filósofos. Os filósofos gregos para ele nunca chegaram a ser puramente filósofos. Os medievais eram estudados por Maurice de Gandillac – os medievalistas conhecem bem esse nome. Depois de muitos anos de magistério, ele era um homem de conhecimentos muito extensos e prometeu à Universidade que faria uma tradução, vejam,

da *Enciclopédia das ciências filosóficas* de Hegel, e fez, e é um primor. Se vocês forem ler a *Enciclopédia* de Hegel, levem a tradução do livro do Gandillac como guia para o entendimento de Hegel.

E&F: *Nessa época, quem se ocupava diretamente de Descartes?*

Fausto Castilho: Vamos falar um pouco dos cartesianos. Eu tive três professores, cada um seguindo uma das três linhas interpretativas sobre Descartes. Quais foram eles? O que mais me impressionava pela presença pessoal era um sulista, um homem, como se diz, provençal, bem falante, simpático, extremamente comunicativo, que, além de Descartes, também cuidava de outros filósofos, mas ele ficou conhecido na Universidade e no mundo inteiro como um intérprete de Descartes: era o professor Ferdinand Alquié. O segundo professor era Martial Gueroult, que era outro intérprete de Descartes também bastante conhecido. E finalmente o meu preferido, que era o professor Henri Gouhier. A polêmica entre Alquié e Gueroult era constante, Gouhier era independente em relação a essa polêmica. Alquié era o homem das interpretações novas, dos descobrimentos que fazia permanentemente nos textos de Descartes. Ele era um orador conhecido, todo mundo sabia onde é que Alquié estava dando aula. Defendia um corpo de saber que se opunha ao de Gueroult, porque Gueroult era da mesma escola de Goldschmidt, que tratava dos gregos, ele era um estruturalista. Alquié, ao contrário, pretendia que cada mudança de opinião verificável em Descartes ao longo da sua evolução correspondia a um momento preciso da sua biografia, isto é, as ideias estavam calçadas pela biografia, pelos acontecimentos da vida pessoal de Descartes. Gueroult introduzia uma outra dimensão, o que importa são as teses e os procedimentos probantes que se encontram no texto de Descartes, o que importa é a argumentação filosófica desenvolvida nos textos. A biografia é algo desprezível, e por isso, para um estruturalista, era algo sem a menor significação filosófica, que tinha que ser abolido. É claro que a distância era enorme, mas nós aprendíamos muito com eles, porque eles conseguiam mostrar que tudo estava documentado nos textos, não inventavam nada, eram interpretações fundamentadas. Aí havia o terceiro, que era o Gouhier, conhecido por uma tese hoje muito discutida, mas na época com grande aceitação. Ele

escreveu três livros importantes. Ele procurava mostrar que o racionalismo do século XVII – marcado por Descartes, Leibniz e pelo próprio Espinosa – nada devia ao renascimento, e ao renascimento não só italiano, mas aos outros países que se seguiram à Itália. É claro que essa tese é hoje muito contestada, porque quando você estuda Copérnico, por exemplo, você sabe com muita precisão que Copérnico só se interessa pela teoria heliocêntrica quando descobre os textos gregos que propõem o heliocentrismo. Agora, como é que esses textos chegaram às mãos de Copérnico? É claro que pelo Renascimento, porque o Renascimento difundiu essa consciência de que tudo tem uma origem, e principalmente tem uma origem nos gregos. Se não é cristão nem judeu, tem origem nos gregos, é isso que o Renascimento ensinou. Então a tese de Gouhier era aceita, na época, como se Descartes fosse independente do Renascimento. Isso é Gouhier, e quem é cartesiano sabe que isso é falso. Depois ele mudou um pouco, mas não muito. Mas ele não era importante na interpretação de Descartes por causa da tese contra o Renascimento. Era porque, ao contrário de Alquié e de Gueroult, ele tinha uma erudição formidável, ele detinha um conhecimento da história da filosofia que os outros não possuíam. Então, uma aula com o Gouhier era sempre interessante por causa do lastro que ele tinha. Ele combinava teses estruturalistas, quando ele achava que isso tinha cabimento, com teses biográficas. Ele fazia uma espécie de balanceamento naquela polêmica constante entre Alquié e Gueroult.

E&F: *Quais professores se ocupavam com outros autores da filosofia moderna?*

Fausto Castilho: Os meus professores dos filósofos ingleses – Hobbes, Locke e Hume – foram dois: o Raymond Polin e o André Leroy. Eu preferia o Leroy, porque o Leroy se interessava pelos diversos aspectos das obras dos chamados ingleses. Ainda hoje os livros do Leroy continuam sendo lidos no mundo inteiro sobre os ingleses. Kant era estudado por Alquié, que depois editou as obras completas de Kant em francês pela Gallimard; responsabilizando-se pela edição. O Kant dele era interessante na medida em que ele queria promover a razão prática, isto é, ele estava em dissonância com o neokantismo que fazia de Kant um epistemólogo. Mesmo

as obras de Heidegger sobre Kant, que são muito ricas, se interessam pelo Kant teórico, pela *Crítica da razão pura*. Então, é sempre uma novidade você querer que Kant seja mais um filósofo da prática, do que, conforme a tradição neokantiana, um epistemólogo. Por falar em epistemologia, eu fui aluno do Gaston Bachelard, que fascinava a todos nós. Porque se o Alquié era um orador meridional, isto é, aquela força expressiva que se manifestava ao longo das suas aulas, o Gaston era o refinamento, ele era uma espécie de psicólogo extraviado em epistemologia. Ele nunca chegava a fazer epistemologia propriamente, porque a psicologia, sendo importante, interferia. Mas era um professor maravilhoso. Realmente a novidade que o Gaston continha era impressionante. Também há outra figura notável, que era o nosso professor de Hegel. Todos nós, os da minha geração, fomos marcados por esse homem direta ou indiretamente, trata-se de Jean Hyppolite. Jean era um homem do interior, simplório, e permaneceu simplório a vida toda, embora morasse em Paris desde a juventude. Ele partia da seguinte ideia: Hegel não pode ser estudado diretamente na lógica, a noção de absoluto pressupõe um itinerário que leve ao absoluto. Vocês sabem que não há Deus. Assim como em Heidegger temos “*das Dasein*”, em Hegel temos “*das Absolute*”, que não tem nada a ver com Deus. Mas para você saber isso e não entrar no equívoco, você tem de fazer o itinerário a partir da *Fenomenologia do espírito*, e essa maneira, no fundo historicista, de entender Hegel, se difundiu para o mundo inteiro. Vocês encontram hegelianos que interpretam Hegel a partir da *Fenomenologia* em toda parte e isso vem de Jean Hyppolite. Eu o adorava como professor, pela penetração, pela paciência de tratar as dificuldades uma a uma, sem saltá-las, sem passar por cima delas, tentando resolvê-las uma a uma. Essa era a característica daquele “caipirão” que era o professor Jean Hyppolite.

E&F: *Quem se ocupava de filosofia contemporânea? Ou que outras disciplinas eram objeto de reflexão do corpo docente da Sorbonne nessa época?*

Fausto Castilho: Husserl era objeto dos estudos de Mearleau-Ponty, que era muito meu amigo, e de Jean Wahl. Havia também Suzanne Bachelard, que se interessava pela lógica de Husserl, a começar pela matemática no início da carreira. Era uma boa professora, mas era mais

positivista a sua apresentação da lógica de Husserl. Já Merleau-Ponty era um filósofo de verdade, não se constrangia de passar a pensar diante de você. Ele fazia filosofia o tempo todo, e isto é que fascinava nele, o que, no fundo, era o que Sartre também fazia e fascinava quem o encontrasse. A figura física de Merleau-Ponty era por si mesma interessante, pois tinha um olho que olhava para cima o tempo todo. Então, você queria sempre saber o que é que ele estava vendo, porque é que aquele olho estava sempre parado, olhando para cima. É claro que ele estava vendo a si mesmo. Ele não tinha nenhum constrangimento de pensar diante dos amigos.

Em matéria de estética, eu tive três professores. Um deles, eu não levava muito a sério, porque era um homem que ficava fazendo história das doutrinas estéticas, uma coisa que eu podia encontrar nos livros, não precisava de professor para isso. Os dois outros não. Eram professores realmente de mérito. O primeiro era Étienne Souriau, o autor do célebre *Vocabulaire d'Esthétique*, filho de Paul Souriau, um esteta, e irmão de Michel Souriau, um dos melhores intérpretes da terceira crítica de Kant. O outro era um fenomenólogo, Mikel Dufrenne, cujo livro hoje é muito conhecido em dois volumes, a saber, *Fenomenologia da experiência estética*. Ele partia dos fenomenólogos poloneses para mostrar que a descrição intencional podia explicar melhor o efeito de beleza que a obra tinha. Essa proposta dele é uma coisa interessantíssima.

Eu fui também aluno de dois outros professores muito conhecidos, o Jean Piaget, que ensinava psicologia pedagógica, isto é, ele apresentava aquelas experiências que ele fez em Genebra, na Suíça. Mas isso não era o que nos interessava, o que nos interessava naquele momento eram os volumes que ele publicou denominados *Epistemologia genética*. É claro que ele era contratado pela Sorbonne para fazer psicologia pedagógica. Era um homem simpaticíssimo, grandalhão e vermelho. O outro finalmente era o Georges Gurvitch, que era um sociólogo que fazia teoria sociológica. O curso dele era baseado na apresentação das diversas teorias sociológicas. Penso que eu já falei bastante sobre esse corpo docente. Havia ainda o Raymond Aron. Esse não era professor na Sorbonne. Ele era professor no Institut de Sciences Politiques. Você tinha que pegar o boulevard Saint German e ir até o fim. Uma vez por semana eu ia assistir às aulas dele sobre diplomacia e estratégia, que era de uma força, pois ele tinha o que dizer nessas matérias.

E&F: *O senhor poderia falar um pouco acerca da sua experiência na Alemanha?*

Fausto Castilho: Quanto à minha experiência na Alemanha, ocorreu o seguinte. Um dia o Merleau-Ponty chegou e me disse depois de uma aula: “Você sabe que o Heidegger vai voltar a dar aula?”. Respondi: “Não estou sabendo, porque não há esse negócio de desnazificação? Então ele já passou pelo processo de limpeza?”. E eu acabei indo para lá, porque o Merleau-Ponty era amigo do Eugen Fink, que tinha sido o último assistente do Husserl. Então fui para lá por causa desses dois, por causa do Eugen Fink e por causa do Heidegger. O Fink fez um seminário de análise intencional da *Monadologia* de Leibniz, só que ele usava a melhor edição, que era a edição francesa do Émile Boutroux. Nós então combinávamos os dois textos. Quem tinha o acesso ao francês, como eu, levava uma vantagem. Leibniz pensava em francês, era um falso alemão. Possuía um estilo, ao mesmo tempo, claro e brilhante, porque ele arredonda as frases, ele estudou literatura com os franceses. E a análise intencional era uma novidade, aplicada a um racionalista, um matemático. Um texto tão maravilhoso e tão filosófico para uma análise intencional, como a *Monadologia*, surge da psicologia. Inicialmente a fenomenologia se chamava psicologia descritiva. Então, isso foi uma das tarefas que eu cumpri lá em Friburgo do Brisgóvia – esse é o nome latino verdadeiro que a cidade tem.

E&F: *Como foi o seu contato com Heidegger?*

Fausto Castilho: Você quer saber o que ouvi de Heidegger? Eu ouvi um curso que depois ele publicou, que se chama *O que significa pensar?* Os franceses traduzem mal, porque eles têm uma língua negligente do ponto de vista medieval. Os franceses codificaram a língua moderna e se esqueceram da Idade Média, ao contrário de nós, que somos medievais, e que usamos o vernáculo do modo como ele nasceu, como ele surgiu em torno do século XII. O caso é o seguinte, “*heisst*” tem o sentido de “*significa*”, ou seja, “O que significa pensar?”. Os franceses, muito eficientes em tradução, vertem por “O que quer dizer pensar?”. Ora, ninguém está pondo “querer” nisso, ninguém está pondo “vontade” nisso. “*O que significa que pensemos?*” –

esta é a tradução. Para nós, “significa” quer dizer “manda” que pensemos ou “determina” que pensemos. É uma temática riquíssima, que no fundo mistura interesse pela linguagem, mas principalmente pela ontologia, e nós sabemos que a ontologia se interessa pelo permanente. Ela ficou presa ao mundo fechado, ela ignora que o universo está em expansão. Mas o que pode ser permanente em um mundo em expansão? O caso é que esse curso do Heidegger foi publicado por ele, e se eu tivesse um dia de comentar esse curso, eu teria muitas coisas para dizer. Porque nesse curso há uma tese que é extremamente desagradável, é quando ele diz que há uma grandeza no movimento nacional-socialista. E ele diz isso depois de velho, não se trata de um Heidegger jovem, que queria subir na vida e que aceita ser reitor sob o regime nazista, o que lhe causou um desagrado profundo. Vejam que aquela discussão inicial sobre o nazismo em Heidegger permanece até o final da vida dele. Os biógrafos revelaram recentemente que ele nunca devolveu a carteira do partido nazista. É asqueroso o fato de ele nunca ter devolvido a carteira do partido nazista. No entanto, é o maior filósofo do século XX, e isso mostra que o maior filósofo pode ser politicamente tosco. Há outros casos, ele não é o único. Há um filósofo italiano – não estou falando no plano internacional –, que para a Itália é realmente um filósofo da maior magnitude, Giovanni Gentile, e que apoiou o Mussolini. Borges, um gênio argentino, não apoiou os militares? Ele não deixou de ser Borges por isso. E nós não temos notícia de que o Borges tenha voltado atrás. Muita gente da minha época condenava o Villa Lobos pelo apoio que ele dava ao Getúlio Vargas; mas ele nunca deixou de ser Villa Lobos por isso.

E&F: *O senhor poderia explicitar um pouco a contribuição de Heidegger para a Filosofia?*

Fausto Castilho: O Heidegger diz uma coisa muito interessante no curso dele sobre o *Sofista* de Platão – que a Hanna Arendt diz que nunca mais haverá um outro curso igual na história da universidade alemã, porque é um curso insuperável sobre um diálogo de Platão. Ele diz o seguinte: a ciência existe para explicar, isto é, para facilitar; a filosofia, para dificultar. No fundo, o nosso trabalho consiste mesmo em encontrar as dificuldades; a pergunta que a gente sempre se faz é a seguinte: mas não há uma dificuldade

escondida nesse teorema, nessa proposição? No fundo é isso que a gente sempre pergunta. Do contrário, você vira cientista, você passa a facilitar as coisas para todo mundo, inclusive para você mesmo, porque você explica. Então temos um filósofo que é capaz de dizer uma coisa dessas, e que adere ao regime por razões que nem ele é capaz de explicar. Ele era um montanhês, desses montanheses que se criam e que não têm contato com ninguém. Quando os colegas de universidade o procuraram para que ele se candidatasse a reitor, o camponês ficou todo entusiasmado, emproado. Essa é a minha explicação pessoal, tudo vem dessa situação de promoção do montanhês. É uma explicação meio fácil, não é? Não levem muito a sério. E não é que eu queira defender o Heidegger, porque nesse episódio eu nunca o defendi. Eu me lembro que em Friburgo havia muitos colegas que eram incondicionais do Heidegger. Sabe esse tipo de aluno que adere incondicionalmente a um determinado professor? Havia esse tipo de gente em Friburgo, que considerava o Heidegger a própria estrela que ilumina a vida das pessoas. Eu nunca gostei de filósofo nenhum desse jeito. Desde criança eu tive uma desconfiança em relação à fé, à adesão incondicional. Eu discutia isso com os padres. Garoto, eu não aceitava a adesão incondicional a nada. Sempre deve haver possibilidade de uma revisão, de uma reconsideração, de uma reformulação; não se deve perder essa perspectiva, a meu ver. Muita gente diz: “Mas Fausto, você ensina o catecismo aos seus alunos?” Eu falo: “Eu não ensino nada, eu digo o que eu penso, é diferente”. Eu não estou convertendo ninguém, eu não tenho religião. Se eu tivesse uma religião para converter, tudo bem, eu estava fazendo catequese, mas eu não tenho. Eu sou da opinião de que o progresso intelectual depende de uma dúvida inicial. Se você parte de uma certeza espontânea, você não é capaz de justificá-la. A certeza espontânea é sempre suspeita.

E&F: *Como foi a sua volta ao Brasil e o seu primeiro emprego como professor?*

Fausto Castilho: Eu tenho uma carta do Cruz Costa, muito simpático, que era o chefe do Departamento de Filosofia lá da USP, e data dos anos em que eu estava fazendo a Sorbonne. Só que quando eu voltei para o Brasil, eu tinha dois amigos na USP, que era o professor Gérard

Lebrun, especialista em Kant e um grande homem de filosofia em geral; e o Michel Debrun, que depois eu trouxe para a Unicamp. Primeiro eu o levei para Araraquara, quando eu fui chefe de departamento lá. Os dois franceses queriam que eu fosse professor na USP, mas os jovens professores se opuseram. Então isso me levou para a Universidade do Paraná, porque eu encontrei essa resistência no departamento da USP. No Paraná eu fiquei em torno de três anos, graças ao governador do Paraná, que era um velho conhecido meu e da minha família, e que tinha sido deputado. Era o professor Bento Munhoz da Rocha Neto, muito conhecido na história do Paraná. Como o Getúlio quis desapropriar uma parte do estado do Paraná, transformando numa espécie de território Foz do Iguaçu e toda aquela região turística hoje importantíssima, o Bento Munhoz da Rocha, que era um rapaz naquela época, se elegeu Deputado Federal no Paraná, e ele concentrou toda a sua atividade de deputado em recuperar o território e reintegrá-lo ao estado do Paraná. Quando ele passou pela Europa, foi a Friburgo, e eu estive com ele. Ele me disse: “Eu vou ser governador do Paraná”. Eu falei: “Ora, que brincadeira é essa? Você então tem roupa para ser governador do Paraná!” “Eu vou ser, Fausto”. Eu perguntei: “Por que é que você diz isso?”. “Porque eu me meti numa luta para reincorporar as terras que o Getúlio roubou do Paraná para criar um território”. Ele concluiu: “Eu confio em minha luta para reintegrar esse território ao estado do Paraná e por isso ninguém vai me vencer numa eleição”. Esse contato com o deputado me valeu muito, porque quando eu, voltando da Europa, não consegui ser professor de filosofia na USP, fui para o Paraná. Então, ele me arrumou duas coisas. Ele era professor na Universidade Federal, e me colocou lá para dar filosofia, eu dava uma introdução à fenomenologia de Husserl. E ao mesmo tempo me nomeou para a biblioteca que ele estava construindo em Curitiba, que era a Biblioteca do Estado do Paraná. Ele me nomeou diretor, e eu era um garoto de vinte e cinco anos. Evidentemente, se eu permaneci no cargo até o final do governo dele, foi porque alguma coisa eu fiz ali. Por exemplo, eu comprei uma seção de estética, sobre obras de arte, diretamente na Itália. Então a biblioteca começou muito bem, porque eu tomei algumas providências. Mas eu fiquei no Paraná até o momento em

que os padres não toleraram mais a minha presença, porque nesse interior do Brasil, quem manda é a igreja católica. E isso acontece até hoje. Então os padres que mandavam no Departamento de Filosofia, quando viram um rapaz voltando da Europa e dando aula de fenomenologia, falando sobre coisas que eles não conheciam, passaram a me hostilizar de toda maneira. Eu aguentei um certo tempo, até que o Antônio Candido me disse o seguinte: “Fausto, nós vamos solicitar a USP para organizar algumas faculdades no interior, e eu estou com vontade de sugerir o seu nome, pois você tem título para isso, para organizar a Faculdade de Araraquara”. Foi assim que eu acabei em Araraquara, e o Antônio Candido sempre foi o meu protetor, não só o meu mentor e um bom mentor, mas também um aproximador. A briga foi grande com o departamento, porque o departamento tinha o candidato dele. É sempre assim, você precisa ter um bom humor permanente, porque não é fácil.

E&F: *Como foi o episódio da vinda de Sartre a Araraquara?*

Fausto Castilho: Sartre era surpreendente. Assim como Merleau-Ponty, ele pensava o tempo todo. Eu tenho uma experiência muito curiosa com o Sartre. Eu tinha vários amigos na redação do Estado de São Paulo. Eu tinha mandado uma pergunta para o Sartre, porque eu sabia que ele ia participar de um congresso de crítica literária em Recife. Como um colega nosso ia comparecer a esse congresso, então eu fiz uma pergunta sobre o último livro que ele tinha publicado. Então esse nosso colega, o professor Adolfo Casais Monteiro, que era um português exilado no Brasil por causa do salazarismo lá em Portugal, levou a pergunta e depois me disse o seguinte: “Quando eu mostrei a pergunta, ele pegou e pôs no bolso”. Aí eu perguntei: “Mas ele não disse nada?” Do Recife ele foi descendo, porque era uma questão de Cuba, ele tinha de defender o Fidel Castro, e todos nós éramos a favor da revolução cubana. E chegaram ao Rio de Janeiro. Quando ele chegou ao Rio, eu fui ao Estadão e pedi para o Bruno Mesquita, que era da redação internacional, o Miguel Urbano Rodrigues, que era o português que estava na redação do Estado, e o Luiz Roberto Salinas Fortes, Bebeto, que era professor na USP e que depois traduziu a conferência do Sartre em Araraquara, para chamá-lo no hotel. Naquela época telefone era pior

do que hoje, principalmente interurbano. Mas no Estádio é de se supor que o telefone seja melhor. Nós conseguimos falar no hotel, o Sartre veio atender ao telefone e eu perguntei-lhe: “O senhor, por acaso, recebeu uma pergunta sobre a sua obra lá em Recife?”. Ele me disse: “Recebi e vou responder”. Quando ele disse “vou responder”, eu pensei: “Ora, isso quer dizer que eu fiz uma pergunta que não é boba”. Eu disse: “Mas e aí?”. Ele respondeu: “Eu não tenho tempo para sentar e responder essa pergunta, porque eu estou nesse redemoinho, eu tenho que comparecer a todo lugar e a toda hora para falar sobre a revolução cubana” – o intuito era esse. E também tinha uma guerra da França com a Argélia, em que uma parte dos franceses não queria abandonar a colônia. Então eu disse para ele: “Mas já que o senhor não encontra tempo, o senhor não gostaria de transformar isso numa palestra, numa aula, numa conferência?”. Ele disse: “Pode ser”. “Porque aí a gente organizaria as coisas para o senhor dar uma conferência na faculdade em que eu sou professor no interior de São Paulo”. “Essa é uma boa ideia, podia ser assim”. “E quando é que o senhor vai chegar a São Paulo?”. Ele disse: “Ah, eu chego em tal dia”. “Então eu vou tomar as providências na faculdade para o senhor fazer a sua conferência”.



Fausto Castilho, Sartre, Simone e Luiz Pereira. (in "Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara", edição UNESP/Peç o Terra).

FOTO 5 – Da esquerda para a direita: Fausto Castilho, Sartre, Simone de Beauvoir e Luiz Pereira, na ocasião da Conferência de Araraquara

Saí dali e fui direto ao Rui Mesquita, e disse-lhe: “Rui, o Sartre vai a Araraquara, e eu vou ter de providenciar o transporte de São Paulo até Araraquara pela via Anhanguera. Ele vai, portanto, passar perto de Louveira” – esse é o lugar onde os Mesquitas têm a fazenda deles. Logo surgiu o convite para ele pernoitar na fazenda de Louveira, onde houve uma recepção. Então, o que eu tenho de contar? É o seguinte. Eu fui aos Mesquitas e perguntei se eu podia convidar alguém para a recepção que eles iam oferecer lá na fazenda. Eles disseram: “Você convida quem você quiser”. Aí, eu sabia que o transporte era uma Kombi, e eu passei então a contar os lugares, e aí resolvi convidar o Paulo Emílio Sales Gomes. Telefonei para o Rui e disse: “Vou convidar o Paulo Emílio, ele fala francês correntemente”. Paulo Emílio é célebre no Brasil, ele criou a Cinemateca em São Paulo, marido da Lygia Fagundes Telles. O Paulo Emílio, então, foi conosco. Eu, Paulo Emílio, Sartre, Jorge Amado, Simone de Beauvoir, essa era a fileira em que a gente se encontrava. Num determinado momento, surgiu o nome Heidegger na conversa. Então o Sartre fez duas ou três observações rápidas e favoráveis ao Heidegger. O cara da revolução permanente como Sartre, espécie de trotskista exagerado, ele era heideggeriano, isto é, não levava em consideração a biografia de Heidegger, que era uma coisa bem pesada. Paulo Emílio disse assim: “Esse assunto Heidegger, na minha perspectiva, tem de ser colocado no contexto do expressionismo alemão”. Então você veja que é uma consideração de uma profundidade enorme, porque para você situar Heidegger, o *Ser e o Tempo*, etc, no contexto do expressionismo alemão, você precisa ter conhecimentos amplos. Pois bem, o Sartre fez uma dissertação sobre o expressionismo espantosa. Isso significa o quê? Isso significa que, no fundo, quando surgiu o tema expressionismo, ele passou a pensar sozinho, isto é, não levou em conta a presença do Paulo Emílio, do Fausto Castilho, de ninguém e começou a fazer filosofia ali na hora. Esqueceu de todo mundo, num tempo de mais ou menos vinte minutos, em que logo mostrou que ele realmente filosofava o tempo todo. É o que eu queria contar, o exemplo do que a gente estava falando.

E&F: *Nós gostaríamos de saber como foi a sua participação no projeto da criação da Universidade do ABC, e, logo em seguida ao golpe de 1964, quais foram as dificuldades que o senhor enfrentou.*

Fausto Castilho: Eu devo ter assumido como professor em Araraquara em 59. Mas antes dos anos cinquenta, surgiu em todo Brasil, mas principalmente no Estado de São Paulo, o que se chamou a campanha em defesa da escola pública. Essa campanha teve a participação, principalmente, de todos os professores da assim chamada vanguarda intelectual da USP, e também de outras universidades brasileiras. Nós assumimos as faculdades do interior de São Paulo. O Antônio Candido, por exemplo, foi para Assis; outros foram para São José do Rio Preto, por exemplo, o geógrafo Aziz Ab'Saber, que morreu agora; alguns cientistas, físicos, foram para Rio Claro. Araraquara foi uma das unidades fundadas nessa época pela USP, tendo dois setores: o setor de química e o setor de humanidades. Como jovem professor da nova faculdade, eu recebia diariamente muitas solicitações de pessoas da cidade que queriam ingressar no corpo docente, e eu sempre tinha uma resposta: para ser professor da faculdade você tem de ter um currículo adequado, um currículo satisfatório. E a irritação era muito grande por parte dos profissionais chamados liberais, que gostariam de participar do corpo docente. De repente, a igreja passa a me combater, a mim, pessoalmente. Eu era considerado, no fundo, um cabecilha da resistência aos chamados intelectuais globais. Havia um auxiliar do bispo, que tinha um programa de rádio, que me atacava ferreamente. Isso não impediu que eu participasse da campanha em defesa da escola pública, contrária, portanto, ao projeto Carlos Lacerda, que favorecia a transferência de dinheiro público às escolas particulares, principalmente às de religião católica, portanto. Essa participação em defesa da escola pública teve consequências duradouras. Eu fiquei muito conhecido na época, porque os estudantes me convidavam para examinar os problemas universitários em toda parte, e eu comparecia de boa vontade e fui me tornando muito conhecido. Quando o Rubem Paiva me procurou, ele me disse: “Fausto, nós estamos preparando um esquema para criar no ABC uma universidade que seja federal, mas de cunho nacional, que possa exercer um papel na nação inteira. Eu quero que você entre para esse conselho e já conversei com o Darcy Ribeiro e com o Jango, e eles aceitam seu nome. O reitor vai ser o diretor da Faculdade de Medicina da Escola Paulista de Medicina, e nós vamos compor um conselho universitário que projete a universidade,

defina os seus rumos, e também indique os desafios intraculturais que ela tem de enfrentar”. Então eu aceitei, porque o Rubem era meu colega de escola do tempo de colégio, eu conhecia muito bem toda a família dele, é uma família grande. E começamos a trabalhar em setembro de 63, o golpe foi em 31 de março ou primeiro de abril de 64. Nós trabalhamos no conselho da universidade federal durante todos esses meses, discutimos muito. Por quê? Na minha perspectiva, o projeto federal mais importante que se tinha em vista era o que se chamava o Projeto Esteira.

E&F: *E de onde surgiu essa designação de Projeto Esteira?*

Fausto Castilho: Vem do seguinte, ao invés de montar num país a pós-graduação em estilo americano, que só existe até hoje nos Estados Unidos, ao invés de aceitarmos a proposta americana que a ditadura impôs, nós propúnhamos o Projeto Esteira. No que consistia isso? Acabava a escolarização privada do país, você criaria um programa de escolarização que começava no pré-escolar, isto é, na creche, e ia até a universidade, tudo por conta do Estado em tempo integral, como nos países adiantados acontece hoje: na França, na Alemanha, na Escandinávia. Nesses países é assim, o Estado cuida da juventude, começando com a infância. Era o Projeto Esteira por quê? Não é por causa somente da escola em tempo integral, porque isto é banal nos países adiantados. Ainda a Presidente Dilma Rousseff lembrava isto diante do Congresso Brasileiro alguns dias atrás, quando disse: não há país adiantado que não tenha escola de tempo integral. E por que “Esteira”? A “Esteira” é por causa do seguinte. É que o Brasil não consegue dar um passo a frente na escolarização do povo, porque não há professores. De que adianta você propor coisas mirabolantes se você não tem professor para dar aula? Então o nosso projeto era para atualizar os professores existentes. A universidade se associaria com a USP, com o ITA (Instituto Brasileiro de Aeronáutica), com outras universidades que possuísem no corpo docente professores de ponta na sua matéria. Nós traríamos do país inteiro, para estágios de atualização, professores do curso médio, do curso secundário, do curso fundamental, como se diz hoje, à custa do governo. E isso só podia ser feito a partir de São Paulo,

porque o capital estava em São Paulo, os melhores professores estavam em São Paulo, na USP, no ITA. Por exemplo, em agronomia, tínhamos o Instituto Agrônomo de Campinas, que é uma instituição modelar e deu origem a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Você acha que poderia haver a EMBRAPA no Paraná, por exemplo, ou em Santa Catarina, ou no Mato Grosso, se você não tivesse o Agrônomo de Campinas? De jeito nenhum. Então é isso que nós queríamos fazer: mobilizar a vanguarda nacional para resolver o problema da escolarização, para escolarizar desde a criancinha até o universitário, tratando do professor, tratando do magistério, porque sem isso não haverá solução. O nosso Projeto Esteira continua sendo da maior atualidade. Veio então a ditadura, anos e anos perdidos. Eu tive que me refugiar na fronteira do Paraguai, porque tinha uma ordem de prisão contra mim. É claro que esse projeto tinha muitos aspectos, mas acho que o principal é esse, porque continua sendo importante.

E&F: *E era viável economicamente?*

Fausto Castilho: Era viável porque nós tínhamos o poder federal na mão. O Jango era o presidente, o Darcy Ribeiro era o principal ajudante do Jango. Ele era o Chefe da Casa Civil. Por isso é que eles fizeram uma limpeza total. Esse é o episódio da universidade federal. É muito importante por causa do Projeto Esteira, de que não se fala mais, porque é a solução até hoje. Por exemplo, a solução que os franceses deram para o magistério é o que fundamenta todo o processo educacional na França. De que se trata? Do que eles chamam de *agrégation*, agregação. Ora, a proposta de *agrégation* do Brasil data dos anos 20, e tudo isso é preciso recuperar, isto é, o país só irá para frente se ele se apoiar nas contribuições brasileiras, já pensadas no Brasil, e que, de certa maneira, tiveram seu curso interrompido. Buscar soluções lá fora, sem contribuição brasileira, não vai dar certo. Esse negócio de pós-graduação foi isso. Qual é a vantagem de dar um título para uma pessoa sozinha, isolada individualmente, sem função dentro do aparelho educacional? Você tem é de pegar quem já está trabalhando e promover. Enfim, o país é triste, o país é problemático. A função da filosofia é encontrar e indicar as dificuldades, vocês entenderam?

E&F: *Como foi a sua participação no governo do Faria Lima?*

Fausto Castilho: O Faria Lima foi candidato de todas as alas progressistas da oposição ao Regime Militar. Ele era uma pessoa muito curiosa, ele era do exército. Só que, quando o governo do Getúlio percebeu que um país não poderia continuar sem uma força área, porque era de onde saíam as propostas estratégicas mais importantes daquele momento – a briga entre a Alemanha e seus futuros inimigos em boa parte decorria do interesse pela aeronáutica, além disso, pela balística –, nesse momento, o que eles fizeram? Eles disseram: quais são os oficiais do exército que querem passar para a aeronáutica? O Faria Lima, que era tenente do exército, aderiu a essa proposta. Então, no momento em que foram recrutados os oficiais do exército para fazerem curso de aeronáutica na Europa, principalmente na Politécnica de Paris, o Faria Lima foi incluído. Quer dizer que ele era engenheiro aeronáutico pela Politécnica de Paris. Essa estada em Paris abriu a cabeça do tenente Faria Lima, ele passou a se interessar por coisas que não eram habituais entre os militares. Quando veio o golpe, nós tínhamos uma eleição para prefeito de São Paulo em perspectiva, então toda a oposição o apoiou majoritariamente, desde os comunistas até os católicos de esquerda. Todos apoiamos a eleição do Faria Lima para prefeito, que nós elegemos numa ampla frente de forças. A única eleição popular em toda ditadura foi a daquele engenheiro formado em engenharia pela Politécnica de Paris. E tão logo ele assumiu, ele me convidou para assistente técnico do gabinete para a área da educação e da cultura, e eu, cassado, sem função na universidade, fui para o gabinete. Entre outras coisas, eu fiz um trabalho extenso no planejamento educacional, eu redigia papéis diariamente sugerindo coisas para o planejamento educacional, a tal ponto que o parecer final sobre o programa do Faria Lima, quem deu fui eu, um garoto. Quem é que não sabe que o Faria Lima foi prefeito de São Paulo? E é um prefeito famosíssimo em São Paulo até hoje. Como ele sabia que eu falava francês, tinha um xodó por mim. Quando chegava um cara estrangeiro para visitar a prefeitura, ele logo perguntava para o pessoal do serviço diplomático: “O homem fala francês?”. Aí ele me chamava para eu atender o visitante. Assim, eu aproveitei a minha posição na assessoria de educação e cultura na prefeitura para introduzir pela primeira vez na

prefeitura um curso de planejamento com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Mas a minha proposta principal estava ligada ao planejamento.

E&F: *De que modo foi organizado esse curso de planejamento?*

Fausto Castilho: Havia uma instituição da ONU, que existe até hoje, e se chamava CEPAL. Ela tinha desenvolvido uma teoria do planejamento para os países latinos americanos. Um dos membros mais importantes da CEPAL era o Celso Furtado, que é um economista muito famoso no Brasil e deu uma contribuição muito grande para o nascimento e desenvolvimento da indústria brasileira. Eu propus ao Faria Lima que se realizasse na prefeitura de São Paulo um curso da CEPAL, sobre planejamento econômico, permitindo uma associação entre a CEPAL e a prefeitura inicialmente, e isso foi feito. Entre os alunos desse curso estavam alguns que, futuramente, eu convidei no momento em que fui para UNICAMP organizar o setor de humanas. São várias pessoas hoje muito conhecidas no Brasil, que eu levei para a UNICAMP porque tinham sido bons alunos no curso da CEPAL, organizado na prefeitura de São Paulo. Foi esta a primeira providência que eu tomei na UNICAMP: criar esse convênio com a CEPAL, sob o patrocínio do Itamarati, onde sobravam alguns diplomatas da época da democracia, que vinham de antes da ditadura militar, como o Paulo Nogueira Neto. Esses diplomatas é que patrocinaram o convênio que eu propus entre a nova Universidade de Campinas e a CEPAL, que era um órgão da ONU. Para esse curso na prefeitura – curso de iniciação no planejamento – vieram estudantes do Brasil inteiro. Havia engenheiros, professores de economia ou engenharia. Foi entre esses alunos que eu recrutei a primeira turma para a Unicamp.

E&F: *Conte-nos sobre sua experiência no projeto de criação da UNICAMP.*

Fausto Castilho: É claro que como eu era da Filosofia, as minhas atribuições eram muito maiores do que essa de cuidar da instalação do departamento do planejamento. Desde o início, eu abri frentes em vários

outros setores. Por exemplo, eu é quem introduzi a linguística na UNICAMP, com um grupo de linguistas que eu criei a partir da Universidade de Besançon, e que está na base da formação do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem). O mesmo ocorreu com outros setores da UNICAMP que surgem do Instituto de Filosofia e Humanidades. Depois, quando surgiu a comissão de planejamento da UNICAMP, eu fui recrutado. Eu era o único membro da comissão de planejamento que era originário das humanidades.

Eu fui o único não cientista da comissão, e, modéstia à parte, se eu não estivesse lá, a UNICAMP não teria a configuração que tem. Porque quando eu fui convidado para a UNICAMP, eu tinha sido cassado pelo regime militar, lá em Araraquara, pelo mesmo homem, o Zeferino Vaz, que era presidente do Conselho Estadual de Educação. Ele se juntou ao Ademar de Barros, que era o governador, e entre os cassados estava eu, por duas razões principais: em primeiro lugar, porque eu contratei o Caio Prado Júnior, um notório comunista, histórico no Brasil, mas, além disso – e isso era o que mais me interessava –, tratava-se de um pensador importante sobre a história do país; em segundo lugar, pela minha participação, no começo dos anos 50, na campanha em defesa da escola pública, de que participou toda a vanguarda intelectual da USP e de outras instituições do estado de São Paulo. Quando eu fui para a UNICAMP, eu fui junto com os cientistas, que eram homens conhecidíssimos. O nosso maior nome era certamente o César Lattes, que integrava o grupo do Marcelo Damy de Souza Santos. Além disso, havia cientistas como o professor de química Giuseppe Cilento, que era da USP, um homem internacional, candidato ao prêmio Nobel. Ora, eu não vou lembrar todos os nomes desses meus mestres, porque eu era um garoto, como se diz, um insignificante no meio desses expoentes das ciências todas. Um homem que tinha o maior ascendente sobre todos era um geneticista formado na Universidade de Berlim, professor Friedrich Gustav Brieger, um alemão que pertencia justamente à Comissão de Planejamento. Esses cientistas, que eram todos meus protetores, me prestigiavam muito por causa da diferença: porque além de ser um garoto, eu era de humanas. Ou seja, eu pertencia a uma área que não tinha lá grande importância para eles; a importância para eles era a física, era a química, era a pesquisa com raios cósmicos – esses

assuntos que são realmente estranhos às ciências humanas, e que nós não dominamos. “Trata-se de um rapazola que fez filosofia na Sorbonne, que tem, portanto, ideias esquisitas que podem pluralizar as perspectivas” – no fundo era isso que eles pensavam a respeito da minha presença na Comissão de Planejamento.

E&F: *Como surgiram suas primeiras reflexões sobre o problema da estruturação e organização de uma universidade?*

Fausto Castilho: A minha referência principal era o plano do Darcy Ribeiro, que era um velho amigo nosso da área de antropologia, embora mineiro, formado lá em São Paulo, com os americanos, na Escola de Sociologia e Política, ao contrário de nós outros, que éramos formados na escola dos europeus. Mas o contraste não nos afastava, eu e o Darcy nos dávamos muito bem. Um belo dia, eu estava ainda como professor em Araraquara, e ele me disse: “Fausto, eu quero que você vá para Brasília, para discutir comigo o plano da universidade que nós vamos criar lá em Brasília”. Eu disse: “E eu posso levar comigo o Luiz Pereira Ferreira, colega nosso lá em Araraquara, que é de sociologia?” “Se você acha que é importante a presença do Luiz Pereira Ferreira na discussão do plano da Universidade de Brasília, leve o Luiz”. E fomos nós dois, passamos um mês inteiro em Brasília discutindo com o Darcy aquelas ideias malucas, que ele por naturalidade cultivava e com muita intensidade. Era um homem imaginoso e inteligente e, além disso, com uma disposição de trabalho invejável. Não era um mero sonhador, sonhava muito e nos seus sonhos inclusive chegava até ao delírio, mas tinha uma vontade férrea de realizar os seus projetos.

A USP trouxe uma contribuição importante e definitiva, porque nós não conseguimos ainda superá-la; ela definiu, pela primeira vez no Brasil, a universidade a partir de um centro. A universidade é uma estrutura centrada. Portanto, é o contrário do que acontece na cosmologia, não é? É claro que você encontra o centramento na cosmologia dos índios, a noção de taba circular pressupõe justamente uma conexão do mundo centrada; pressupõe uma cosmologia, diríamos – facilitando um pouco o conceito –,

centrada. Qual é a novidade no plano da USP? É o fato de que a universidade é, desde o Marquês de Pombal, concebida no mundo de língua portuguesa como uma enciclopédia, então, conjunto de partes, de disciplinas, que têm de ser pensadas ao mesmo tempo como interdependentes entre si. Por que isso surge na experiência do Marquês de Pombal? É porque Portugal e a Espanha, isto é, os ibéricos, ficaram fora do desenvolvimento das ciências do pensamento moderno. Não havia, portanto, a tradição, que há nos países do norte da Europa e na Itália, da pesquisa nas várias ciências particulares. Isso não havia no mundo de língua portuguesa, e não havia no Brasil, porque nós todos somos lusitanos e pagamos esse preço do atraso. Quando, no século XIX, morto Pombal, a monarquia portuguesa, aquela Maria Louca e o filho dela, que é o Dom João VI, vieram para cá, quando eles rompem com a tentativa pombalina, eles caem no regressismo, eles caem na restauração do atraso. Desde o século XVI que o aparelho educacional de Portugal estava nas mãos dos jesuítas. Então, quando Dom João VI chega ao Brasil, a ideia de universidade tinha simplesmente desaparecido. Era isso que Pombal queria fazer, instaurando uma enciclopédia com todas as ciências, para poder criar um novo começo na situação portuguesa e, portanto, brasileira; pois o Brasil era parte da organização portuguesa. A universidade, durante todo o século XIX, ficou submersa. Ela era apenas objeto, de vez em quando, de alguma manifestação no parlamento brasileiro. Essa história é muito bem contada pelo professor Jorge Nagle no livro sobre a história do Brasil do Sérgio Buarque de Holanda e do Bóris Fausto. O que ocorre no século XIX? Uma coisa péssima. Foram criadas as faculdades profissionais: Direito em São Paulo, Medicina no Rio de Janeiro. A criação das faculdades antes da universidade é uma anomalia. É entrar em um beco sem saída, porque em um país adiantado a universidade é que cria as suas faculdades, isso vem desde a Idade Média. Aqui você cria essa coisa que são as faculdades profissionais antes de ter universidade. É possível? Sim, é possível. É o preço que hoje nós pagamos pelas deformações. Você vê um vestibular de medicina, é uma verdadeira invasão de gente que está pensando em ganhar dinheiro. Descartes, quando perguntaram para ele: “por que você não foi ser médico?”, ele disse: “eu não tinha nenhum interesse em ficar rico”. Então é uma coisa antiquíssima e isso continua.

Quando eu, na conversa com o Darcy, durante aquele mês, disse-lhe: “Darcy, você vai organizar a universidade a partir da noção de centro, porque é o projeto da USP que você não desconhece”. Ele disse: “O conceito da universidade parte da noção de centro, porque o que caracteriza a universidade é que as ciências fundamentais têm prioridade sobre os estudos aplicados, sobre as consequências da pesquisa fundamental”. Eu falei: “como é que você vai fazer isso?” Ele respondeu: “Eu vou criar um grande edifício, e nesse edifício eu vou pôr o que eu chamo de institutos centrais”. Esta ideia eu comecei a discutir com todo mundo e, no momento do planejamento da UNICAMP, eu simplesmente entendi que um prédio não comporta uma pluralidade de institutos de ciências fundamentais. Alguns dizem: “Mas como, se eu não tenho espaço?”. É claro que se você for ao Presidente da República e disser: “eu quero um bairro para organizar a universidade”, ele não vai negar e vai te dar o bairro, porque é preciso prestigiar a capital que o Juscelino colocou em Brasília.

Então, quando eu entrei para a comissão da UNICAMP, a primeira coisa que eu queria discutir com os cientistas era justamente o plano da universidade centrada, e foi isso que foi feito por insistência minha. Por que isso? Porque a universidade passa a se definir a partir da enciclopédia, isto é, dos conjuntos das suas disciplinas. Mas se há um centro nessa enciclopédia, então você não pode mais se definir pelo ensino, você tem de se definir pela pesquisa, você tem de definir a enciclopédia pelo processo da sua constituição. Isso não quer dizer que você vá definir a pesquisa pela sua aplicação, pela sua publicação. Você vai redefinir a enciclopédia pela interdependência entre as pesquisas, entre as investigações. Isso então me levou a propor a configuração circular, radial do campus. Eu não sei se vocês já viram a configuração do campus da UNICAMP, que é de estrutura radial?

Então, a primeira consequência da definição da enciclopédia pela pesquisa é que a universidade não se define pelo ensino, o ensino é consequência da pesquisa. Quem não pesquisa não pode ensinar – é o que está por trás disso, isto é, para dar uma aula você tem antes de chegar à conclusão de que o assunto decorre de uma pesquisa. Por exemplo, quando eu comecei o IFCH, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, eu quis adotar o critério que prevalece na universidade alemã. Você, para entrar na

sala de aula, tem de deixar a sua aula na secretaria pedagógica, porque aí você elimina todos os farsantes e principalmente os vagabundos, isto é, o pessoal que não gosta de trabalhar vai perdendo espaço, porque não deixa a aula na secretaria. Não é que o sujeito vai ter de escrever, virar literato. Ele tem de deixar o esquema da sua aula com as anotações apropriadas, com a bibliografia em que ele se apoia. Com isso, você força o trabalho do pessoal. No fundo, uma universidade que se define pelo ensino é um perigo, porque é a vagabundagem. Então, eu tentei fazer isso na UNICAMP e encontrei uma oposição feroz. Agora quando você pega o catálogo e a bibliografia das universidades alemãs, a produção é colossal. Mas o segredo é preparar os cursos, é disso que sai toda a produção. O que seria da filosofia se não houvesse os cursos na Alemanha? Hegel é curso, Kant é curso, Husserl é curso. Heidegger eu acho que vai alcançar cem volumes. Então nós precisamos meditar sobre isso. Porque quem tem consciência de que deve trabalhar, de que deve contribuir, de que deve produzir, vai querer fazer uma coisa igual.

E&F: *E como essas ideias se materializaram no projeto da UNICAMP?*

Fausto Castilho: Vamos voltar ao assunto, porque eu me perco facilmente, a digressão é perigosa. Então, um campus de estrutura radial é centrado de que maneira? Os institutos estão no centro, isto é, no primeiro perímetro da centralidade. A medicina, por exemplo, não se enquadra como fundamental. Por mais que os médicos se julguem fundamentais, eles não são, eles são uma ciência aplicada, isto é, eles dependem de biologia, dependem de química, dependem de eletrônica, dependem de física nuclear. Então onde é que você vai pôr essa faculdade de medicina? Atrás dos institutos que lidam com essas coisas. É essa a definição da localização da medicina, por exemplo, que é a profissão hegemônica no espaço das profissões chamadas universitárias. Mas há um ponto problemático: é que o ensino médio brasileiro não consegue preparar os estudantes para que eles entrem na universidade e possam produzir em cada setor. Então, qual foi a fórmula que eu pensei nesse caso? Aí vêm os círculos concêntricos:

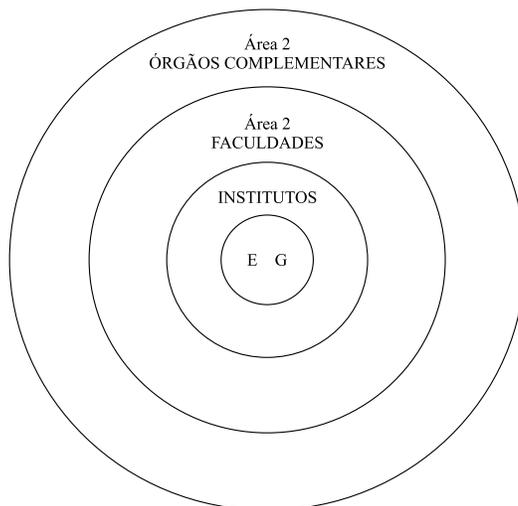


FIGURA 1 – Diagrama do *campus* radial, a partir do qual foi concebido o *campus* da Unicamp. O círculo menor demarca a área destinada aos Estudos Gerais, seguida pelos Institutos, Faculdades e Órgãos Complementares

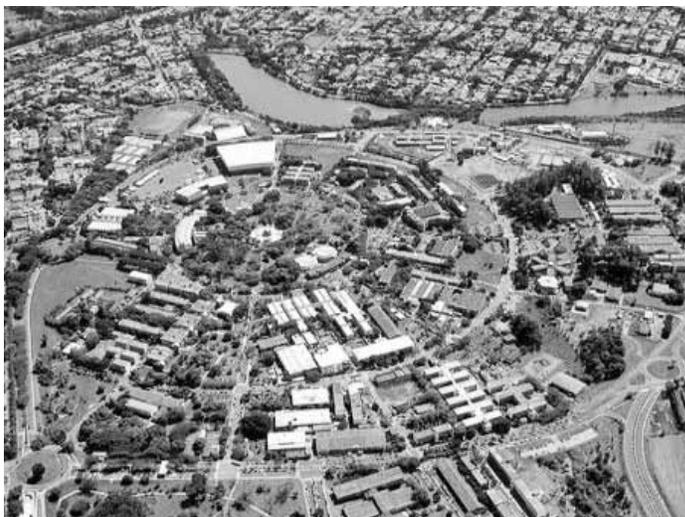


FOTO 6 – Vista aérea do Campus da Unicamp

Vocês vêem que o centro, propriamente, aquele círculo central, ele é o espaço de ingresso na universidade, isto é, de ingresso na teoria. Ocorreu que, depois disso, o sistema brasileiro de ensino superior absorveu a UNICAMP, anulou o seu plano original. Agora nós estamos discutindo o que foi planejado pela comissão, que era composta justamente pelos cientistas. O circulozinho central se destina a acolher os estudantes do estudo geral (EG), isto é, são dois anos que precedem o ingresso nas graduações. O estudante não entra para uma determinada graduação, ele entra para o estudo geral, que é ministrado por todas as unidades, sejam elas exatas, técnicas, humanas, filosóficas, artísticas. Tudo isso é assunto de escolha e de opções. Quem ingressou no estudo geral lá está para fazer opções. De repente, ele pode descobrir a música. O pai quis que ele fosse engenheiro, mas ele pode descobrir que tem a veia para a pintura, ou para a escultura, ou para seja lá o que for. Então, seriam dois anos de estudo geral, que você ganharia sobre o sistema atual de vestibular. Você ganha dois anos sem o vestibular exclusivista, profissionalizante, e são dois anos de contato com a enciclopédia. Isto é, o estudante fica sabendo que existe uma enciclopédia, onde a escultura tem a sua vez, onde o desenho pode ser uma coisa importantíssima na vida dele, pois ele pode ter vocação de caricaturista se aprende os desenhos direito, coisa de que ele terá oportunidade no estudo geral. Aí ele faz a sua opção por uma graduação e a universidade não pode interromper esse processo. É um pouco do que ocorre nos países adiantados. Na França, quem concluiu o ensino médio tem o direito de escolher qualquer universidade. Ele tem ampla possibilidade de fazer o curso superior onde ele bem entende, e o governo é obrigado a fazer isso de graça, o governo é obrigado a dar as oportunidades educacionais para todo mundo de graça, isto é, para o interessado. É claro que o povo é quem paga os impostos. O estudante é um ser privilegiado, de propósito, porque você precisa escolarizar toda a juventude. O mesmo ocorre na Suécia, na Dinamarca, na Alemanha. Conquanto a Alemanha tenha sido considerada durante anos aqui no Brasil como a sede do liberalismo na Europa, tudo isso não tem nada a ver com a situação real educacional. O ginásio é do Estado, assim como o liceu é do Estado na França. Não existe liceu particular, isto é tolerado em alguns casos porque a Igreja é barulhenta. Mas o estudante não faz o exame terminal na escola dele, vai ter de fazer o exame terminal

do governo. São lugares em que há muita seriedade, mas nós não estamos acostumados com esse tipo de coisa, e no fundo precisamos chegar lá um dia.

Mas vamos continuar fazendo um exame desse esquema. O ciclo básico é uma maneira de você, ao introduzir as profissões, pôr antes as matérias consideradas iniciais, e depois inserir as matérias consideradas mais desenvolvidas. O estudo geral deveria abranger toda a universidade, porque não havia opções ainda. As opções deveriam ser feitas a partir do estudo geral. Ao final do estudo geral, você iria para uma graduação, a qual já era especializada. Então vamos dar prosseguimento a esse exame superficial. O caso é o seguinte, para você ter essa estrutura projetada no espaço, isto é, no urbanismo, você tem que ter duas concepções acerca da circulação interna nesses círculos concêntricos. Onde você tiver uma concentração humana maior, o urbanismo deve permitir o deslocamento a pé; já um deslocamento motorizado só é permitido nas avenidas circulares, em que se terá dois grandes deslocamentos circulares. A nossa concepção era de colocar trenzinhos, os maiores comboios possíveis, circulando devagarzinho para você poder entrar e sair com o comboio andando. E isso deveria circular o tempo todo, para que os estudantes, os professores, os funcionários, e todo mundo que estivesse no campus pudesse se locomover a custa desses comboios nas avenidas circulares. Os carros, por exemplo, seriam estacionados em duas garagens subterrâneas nas duas entradas do campus, e não teriam de jeito nenhum autorização para circular internamente. Então você resolveria esse problema que se torna cada vez mais angustiante, de não poder entrar com automóvel na universidade porque não tem onde estacionar. Havia inclusive uma proposta de um engenheiro de que a circulação individual dentro do campus poderia ser ou por patins ou por bicicleta. Seriam esses os veículos individuais para poder eliminar todos os problemas do entupimento, da densidade excessiva dos veículos motorizados. Com essas ideias vocês já podem vislumbrar como é que foi concebido o plano da universidade.

E&F: *E como foi concebida a interdisciplinaridade nesse projeto?*

Fausto Castilho: O caso é que a universidade não pode deixar de defender que a sua enciclopédia seja a mais ampla, a mais extensa

possível, porque as ciências crescem e se desenvolvem sem parar. Então você tem de prever que toda a enciclopédia esteja concentrada em um único campus. É o que nós chamávamos de campus único, porque para fazer interdisciplinaridade você não pode resolver por antecipação qual é a conjunção que vai ser necessária para desenvolver um certo tipo de pesquisa. Quem é que podia imaginar que, para fazer uma pesquisa, digamos, em genética, você teria de mobilizar o Instituto de Matemática e o de Biologia, ou várias partes da enciclopédia? Tem que haver dois planos aí. Em primeiro lugar, os pesquisadores devem pertencer institucionalmente a um determinado instituto, então essa é a parte institucional da pesquisa; mas, por outro lado, nenhum pesquisador em qualquer área da universidade pode saber quais são as disciplinas que devem ser convocadas para implementar um determinado projeto de pesquisa. Aí vem a parte contratual, porque a universidade não pode fazer interdisciplinaridade – que é essa a sua verdadeira vocação atualmente –, a não ser que combine o institucional com o contratual. Eu vou explicar o que eu quero dizer. No institucional, o pesquisador pertence a uma instituição necessariamente, ele não está solto no espaço universitário. Agora, se ele vai implementar um projeto de pesquisa que exige a colaboração do estatístico, do especialista em determinada língua, do sociólogo, ou do antropólogo, se ele quer pesquisar uma língua indígena, por exemplo, isso se resolve em outro plano, porque cada projeto exige a combinação de vários pesquisadores originários de instituições diferentes, mas ligados para a execução daquele projeto contratualmente. Isso quer dizer o seguinte, o sujeito fica trabalhando nessa reunião de pesquisadores durante algum tempo, a fim de levar a bom termo o projeto. Depois, terminada a implementação do projeto, ele volta para sua instituição, que é o seu lugar próprio: o físico vai para o Instituto de Física, o biólogo para o Instituto de Biologia. Só que para realizar um determinado projeto, a universidade deve ter uma flexibilidade suficiente para permitir as uniões contratuais para a execução de um determinado projeto de pesquisa. Eu acho que esse ponto, o de que é necessário combinar o institucional e o contratual, é um ponto importante na definição da universidade. Eu preferi falar de pesquisa, mas isso vale também para o ensino, porque, por exemplo, toda vez que a ciência política entra em um projeto, você não vai criar a disciplina de ciência política em todo lugar. De

modo algum, pois ela pertence apenas ao departamento de ciência política. Não pode haver ciência política fora daquele departamento, tudo deve estar naquele departamento e institucionalmente. É um esquema que nós discutimos muito com o Darcy Ribeiro. O Darcy tinha muita consciência de que havia uma parte de economicidade nessa definição institucional do pesquisador, enquanto professor propriamente dito, para realizar sua tarefa de magistério. Eu acho que com isso eu disse o mínimo que podia dizer. É claro que a matéria é complexa, eu acabo de mencionar a questão da circulação e há outros assuntos que são importantes.

E&F: *Qual a relação entre o primeiro círculo e as engenharias?*

Fausto Castilho: Eu penso que a universidade tem de ser definida principalmente através da pesquisa e não do ensino. Essa força das faculdades profissionais deforma completamente a ideia de universidade. O que assegura a independência nacional é a pesquisa nas áreas fundamentais, e isso os políticos não conseguem entender. Há três engenharias, há uma engenharia de projetos, há uma engenharia de processos, e há uma engenharia de produtos. Tomemos, por exemplo, o Japão. O Japão começou desenvolvendo a engenharia de produtos, porque o pragmatismo japonês considerava que se ele lançasse no mercado produtos inovadores, ele conseguiria aumentar o seu produto econômico, digamos, para facilitar, a sua produção para exportações de artefatos renovados. A Alemanha não fez isso da mesma maneira. Veja, estou falando dos países que alcançaram a Inglaterra e depois a ultrapassaram. A Alemanha teve um desenvolvimento diferente, ela aperfeiçoou os insumos, isto é, ela desenvolveu insumos industriais, aperfeiçoou as matérias primas antes de chegar a aperfeiçoar os produtos – é um processo diferente. Nós vamos ter de escolher em algum momento, isto é, ou você desenvolve a tecnologia de produtos, ou a tecnologia de projetos, ou a de processos. Os processos dependem mais da administração, da gerência; os produtos dependem dos engenheiros propriamente. Isso não é discutido amplamente porque no fundo os políticos não permitem que você discuta aquilo que não corresponde à lógica eleitoreira, que prevalece entre os políticos brasileiros. Eu, pessoalmente, acho que a inclinação mais evidente dos empresários

industriais é para produtos. Seria um pouco semelhante ao que ocorreu no Japão. Há um caso, no entanto, de insumos que é exemplar. É a fundação da EMBRAPA. A EMBRAPA é a empresa brasileira de pesquisas agrárias. Foi ela que transformou o Brasil no maior produtor atual de alimentos no mundo, superando os Estados Unidos. Por quê? Porque ela fez pesquisas para melhorar as sementes que você planta principalmente nas lavouras anuais e para aperfeiçoar o manejo da terra. Por exemplo, um agrônomo de Campinas – do Instituto Agronômico, sem o qual não haveria EMBRAPA –, me disse o seguinte: a maior revolução que a agricultura brasileira realizou, nos últimos vinte anos, foi descobrir que a técnica tradicional da Europa e da Ásia – que exigia que depois de um ano de colheita você deveria revolver toda a terra, passar o trator, o arado, etc – é um dogma, que vige em todos os países que têm a agricultura adiantada. A EMBRAPA descobriu que no Brasil você não pode revolver a terra, você não pode passar o arado, você tem de plantar a semente diretamente sem semear. O certo é você pegar a sementinha e botar no lugar, se tiver braços, com a mão, senão tem aqueles aparelhos que botam semente, sem revolver a terra. Isso é uma descoberta internacional, é uma coisa de um valor tremendo, porque é a certeza de que morrer de fome nós não vamos. Nós temos uma ciência agrária desenvolvida de uma tal maneira, que fez descobertas científicas, durante esses últimos vinte anos, da maior importância, como essa que eu acabei de citar. Imagine você que há milênios que você planta depois de arar a terra e revolver a terra. Então, isso é um exemplo do fato de que você pode obter resultados importantes de insumos, isto é, de processos intermediários, e não precisa se ocupar nem do produto final e nem da própria terra, pois é o manejo da terra que difere.

E&F: *A organização de estudos estratégicos e de planejamento econômico-social poderia ajudar no desenvolvimento do país?*

Fausto Castilho: Ora, eu não entendo nada disso, eu sou curioso e eu acompanho realmente angustiado o que faz o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que foi erigido por Celso Furtado, Jesus Pereira, Dias Carneiro, isto é, por todos aqueles homens dos anos cinquenta, que sabiam que o banco seria riquíssimo, e de fato

é um dos bancos mais ricos do mundo. Por quê? Porque ele recolhe o dinheiro do trabalhador e aplica no desenvolvimento, então é uma coisa que só tende a crescer. Agora, como ele pode perder tempo para financiar supermercado? Que contribuição o supermercado dá para a independência tecnológica do país? O BNDES é o ponto negro na situação brasileira, porque se transformou em um banco de negócios, em um banco que financia o lucro de determinadas empresas, quando a sua tarefa, do ponto de vista do seu estatuto de fundação, devia ser unicamente a de financiar a geração de tecnologia nos setores pelos quais o país se insere no mercado mundial. Essa é a única tarefa que caberia do ponto de vista dos estatutos de fundação do chamado BNDES. Eu estive há tempos com um amigo que é jornalista, do Estado de São Paulo, e ele me disse: “Fausto, por que você com essas ideias sobre o BNDES não manda uma carta para a Dilma?” Eu respondi: “Porque aí eu teria que entrar para a política, o que eu não faria de jeito nenhum, pois eu deixaria de ter serenidade para estudar filosofia – como dizia o Galileu.” É por isso que eu nunca escrevi para ela, não é porque eu não tenho vontade, porque realmente é um desaforo você colocar economista no lugar de engenheiro. Porque quando se estuda a velha economia, vê-se que ela tinha uma preocupação política muito importante. Atualmente, sabe o que é que o economista estuda quando vai para a escola de economia? Ele passa anos estudando as várias maneiras de contar dinheiro. Que contribuição um indivíduo como esse pode dar para os assuntos estruturais? É isso que nomeamos assuntos estratégicos. Acerca desses assuntos, você consultar uma pessoa que aprendeu a contar dinheiro de maneiras diferentes não tem sentido nenhum. Você tem de ter o homem de Estado, o diplomata, os engenheiros especializados, esses são os homens que deveriam ser consultados sobre a aplicação dos recursos do BNDES. Você sabe que a EMBRAPA se desenvolveu sem o apoio do BNDES? É um desaforo. Felizmente, como eles estão no Rio de Janeiro, eles são forçados a ajudar no desenvolvimento da indústria petrolífera. Simplesmente porque moram lá, trabalham lá. Agora eles descobriram o pré-sal aqui em Santos, e corremos o risco de destruírem as praias do litoral com esse negócio de pré-sal, porque eles não desenvolveram tecnologia para isso. Enfim, por ambição ou bobagem, o BNDES está por trás de

muitas coisas que não tem nada a ver com a independência do país e só diz respeito ao mercado. É o jogo entre as empresas para ganhar dinheiro, ter lucros, mas participar desse jogo é um equívoco, porque você tem de cuidar primeiro da independência nacional – essa é a função do BNDES. Quando eu digo isso para os meus amigos, eles dizem: “Mas Fausto, você continua nacionalista?” Eu respondo: “Não, eu não continuo nacionalista, eu sou a favor do país”. Eu acho que o país tem de ser defendido, simplesmente porque as ameaças que ele sofre são muito grandes. É por isso que lá na UNICAMP, no projeto de instituto de planejamento que eu elaborei para o Conselho Universitário, eu dizia que tinha de haver uma combinação de diplomatas, de economistas, de empresários e de produtores. Essa seria a constituição do instituto de planejamento, que deveria recrutar esse tipo de gente. Mas o colégio de planejamento seria na segunda área, ele não é na primeira área, pois ela deve abrigar as pesquisas fundamentais. Ele é da área de aplicação de conhecimentos. O planejamento seria a aplicação das ciências humanas, e seriam convocados tanto o cientista político quanto o pessoal da diplomacia. É isso que está faltando no BNDES, que é o maior responsável pelo problema da desindustrialização. E no momento atual, eles reclamam muito de que o país está se desindustrializando. Pudera, pois o dinheiro que é arrecadado para o BNDES – que é a maior quantia arrecadada dos trabalhadores no mundo todo –, eles empregam nas indústrias de automóvel e montadoras, ao invés de produzir tecnologia. Elas estão há cem anos no Brasil e nunca patentearam um parafuso. Então, a culpa é de quem dirige o país, porque esse negócio de dizer que o responsável pela desindustrialização do Brasil é a China é uma piada de mau gosto. Como é que um país que é capaz de fabricar um avião como o Tucano, que é disputado hoje no mercado internacional – todo mundo quer comprar um Tucano – pode se desindustrializar? Ora, o único compromisso que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deveria ter é com a independência nacional.

E&F: *O senhor poderia nos falar um pouco sobre o projeto de criação do Colégio de Estudos Internacionais?*

Fausto Castilho: Eu tentei implantar, junto com o embaixador

Rubens Ricupero, o embaixador Gerson e várias outras pessoas, o Colégio de Estudos Internacionais. Eu presidi um grupo nomeado pelo reitor Carlos Vogt, no período em que ele foi reitor, depois o próximo reitor foi o doutor Martins. Eu tive ajuda de dois institutos de Genebra para conceber esse plano do Colégio de Relações Internacionais. É que os países pobres e em geral pequenos não têm possibilidade de montar algo como, por exemplo, o Instituto Rio Branco, que nós temos no Brasil. Os primórdios do Rio Branco remontam ao período colonial. Vocês sabem que na época justamente de Pombal, a briga na fronteira sul do Brasil era muito grande, porque uma parte do território atualmente brasileiro pertencia aos vice-reinados espanhóis. Só o Barão de Rio Branco é que vai chegar a uma delimitação e depois a uma demarcação de vários locais no final do século XIX e começo do século XX. Como é que o Rio Branco conseguiu demarcar essas fronteiras? O Rio Branco era uma pessoa muito curiosa. Meu amigo Álvaro Lins, há muitos anos, escreveu uma biografia do Rio Branco que vale a pena ler. O Rio Branco tinha um lado boêmio desde a juventude, mas ele tinha outro lado que era de um estudioso maníaco. Sabe qual era a mania dele? Era mapa. Ele era especialista em mapas, cartografia. Ele viveu acho que uns trinta ou quarenta anos fora do Brasil, porque resolveu casar com uma bailarina francesa do Rio de Janeiro, e a família achou melhor que ele fosse curtir a felicidade no exterior. Ele era do lado do Juca Paranhos, pertencia a uma família muito importante. E teve atuação muito importante quando as questões começaram a ficar graves nessa relação com os vizinhos. Vou citar um exemplo, a França tinha, na parte de cima do território, uma coisa que se chama Guiana Francesa; e tinha a pretensão de estender o seu direito territorial até a foz do Amazonas. Vocês já imaginaram o trabalho que você teria hoje para poder circular no rio Amazonas? Com os porta-aviões e as bombas atômicas francesas! Mas tudo isso foi evitado por demarcação a partir de mapas. Com a Argentina, na parte de baixo do território, perto de Foz do Iguaçu, foi a mesma coisa. O árbitro era o presidente dos Estados Unidos, que foi escolhido como árbitro para desempatar a briga entre o Brasil e a Argentina. A coisa se resolveu quando, no último instante, na undécima hora – como se diz –, o Barão do Rio Branco puxou um mapa que liquidou a questão a favor do Brasil. Esses assuntos são da maior importância, e isso deveria ser objeto de um colégio interuniversitário.

Não pode ser nem matéria de departamento, nem matéria de instituto, nem matéria de faculdade; tem de ser matéria de um colégio interinstitucional. Como eu dizia, os pequenos países não podem ter um Instituto Rio Branco. Por quê? Porque é muito caro, para você ter uma escola de diplomacia você tem de ter recursos. Então a nossa ideia era fazer a partir de Campinas – mas não limitado a Campinas, porque é interinstitucional e pega várias universidades – um colégio semelhante aos que existem na Bélgica, em Bruges. Eu estive lá acertando as questões e, infelizmente, como acontece frequentemente no Brasil, a mudança de reitor na UNICAMP acabou comprometendo isso, porque o sucessor evidentemente não pertencia à enciclopédia, nem estava à altura da enciclopédia. E esse assunto era de humanidades e exigia justamente a nossa presença, a da ciência política e a da economia. Porque o objetivo era formar diplomatas para os pequenos países não só da América, mas também da África. Se um país não tem Instituto Rio Branco, ele pode recorrer ao colégio no Brasil que forma diplomatas. O Itamarati tinha o maior interesse nisso, só que não podiam interferir numa universidade. Então falamos um pouco sobre esse assunto. É claro que isso é muito demorado e exigiria muita reflexão.

E&F: *Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre como foi concebido o projeto de criação da área de humanidades da UNICAMP.*

Fausto Castilho: Eu fui para a UNICAMP para projetar os setores de humanas em geral, as humanidades, como nós chamávamos. E fiquei lá um quinquênio como membro da comissão de planejamento. Conforme eu já disse, eu tinha uma experiência em planejamento, que datava do governo Faria Lima, em que eu cheguei a ser secretário da educação. Agora o que é que eu fiz na UNICAMP? Havia uma ditadura militar violenta. Por isso, eu não quis mexer com filosofia, porque não havia condições de liberdade mínima para você contratar os professores independentes, isto é, que tivessem cabeça e pensamento próprios, com exceção de um professor que estava no Irã, trabalhando em uma universidade. Ele era francês, tinha sido professor na USP, e tinha dado cursos de filosofia política quando eu era professor em Araraquara, porque eu o convidei para dar um curso sobre o *Contrato Social* de Rousseau. Trata-se do professor Michel Debrun. Esse, quando eu estive na Europa, consegui que ele assumisse

o compromisso de voltar ao Brasil para participar da organização do Instituto de Humanas da UNICAMP. Posto isso à parte, eu não cuidei de filosofia, eu cuidei das humanidades. O que eu fiz? Com a Universidade de Besançon, onde eu tinha sido professor e mantinha contatos e amizades com linguistas – alguns dos quais muito conhecidos –, consegui o compromisso de promover a instalação de um grupo de pesquisa de linguística contemporânea na UNICAMP. Foi assim que eu consegui esse convênio para, durante anos, formar os linguistas da UNICAMP. Com a ajuda de Marcelo Damy de Souza Santos – um físico, que não tinha relação com humanas, mas que me queria lá na UNICAMP – e com a ajuda do professor Oscar Sala – que também era um físico nuclear e que na época era diretor científico da FAPESP –, eu consegui doze bolsas de estudos para que jovens brasileiros selecionados na USP fossem procurar ou mestrado ou doutorado no exterior. Então o começo da UNICAMP se assemelha ao da própria USP, só que a semelhança é parcial. No caso da USP o doutor Júlio Mesquita trouxe um bando de professores para organizar os cursos, principalmente em pesquisas práticas e em pesquisa fundamental: química, física, matemática, biologia e até filosofia. Houve também um filósofo na fundação da USP, que se chamava Jean Maugüé. Então a diferença começa a aparecer. Nós não só trouxemos muitos professores do exterior, mas nós mandamos jovens para obter títulos no exterior. E isso, na época, eles não puderam fazer na USP. Só eu, por exemplo, mandei doze pesquisadores para obter títulos no exterior – e eu estou falando só de linguística. Depois, os outros setores das humanidades foram se constituindo. Na área de política, além de contarmos com o Michel Debrun, nós mandamos para o exterior um jovem brasileiro, que tinha conseguido um mestrado justamente com o Debrun lá na UNICAMP, que é o Décio Saes. Não sei se os cientistas políticos se lembram do nome dele, o Décio Saes foi para Paris e conseguiu um doutorado com um professor muito conhecido na época, que era o professor Poulantzas. Em sociologia, nós recrutamos no curso da CEPAL, que continuava funcionando na UNICAMP, André Villalobos, que depois organizou o grupo de sociologia da UNICAMP, do IFCH. Não sei se eu me recordo de todos. O que salvou a UNICAMP durante a ditadura foi a FAPESP, porque os cientistas não abriram mão das suas prerrogativas na área da pesquisa. Apesar das decepções, a

FAPESP financiava as pesquisas que nós queríamos desenvolver, fora do controle militar. Em história houve uma grande iniciativa financiada pela FAPESP. Eu convidei dois historiadores importantíssimos. Um era mineiro, de Belo Horizonte. O outro era o José Honório Rodrigues, que me foi indicado pelo doutor Barbosa Lima Sobrinho, que era colega dele na Academia Brasileira de Letras. O Barbosa Lima me disse: “Fausto, o José Honório está fazendo umas pesquisas que dependem muito de São Paulo. Por que você não convida o José Honório para organizar o setor de história?”. E eu convidei o José Honório. Fui ao Rio de Janeiro e conversei com ele, que ficou entusiasmado. A primeira pergunta que ele me fez foi a seguinte: “Professor, existe algum parentesco entre o velho Antônio Prado e os Almeida Prado?”. “Olha professor José Honório, eu não tenho condições de responder, mas pelo jeito deve ter. Por exemplo, o Bento Prado, que é de Jaú, é Almeida Prado”. Eu completei: “Veja, isso você tem de saber lá em São Paulo, e para isso você tem de ir para UNICAMP”. E ele toda semana tomava o avião e vinha para Campinas. Além do José Honório Rodrigues, eu cheguei a convidar um professor da Universidade de Belo Horizonte. Era um historiador excelente, tinha um nome espanhol: Francisco Iglésias. Mas não estaria completo o setor de história se eu me esquecesse de um nome importantíssimo. É um carioca que fez um doutorado em Paris, seguindo todas as orientações do estruturalismo, que na época era uma tendência prevalecente em ciência política. Hoje é um nome internacional, porque a ONU acaba de nomeá-lo presidente da comissão que vai opinar sobre a solução do conflito na Síria. É o doutor Paulo Sérgio Pinheiro. No caso dele ocorre algo muito curioso. Ele devia ser um estruturalista rigoroso, mas, pouco a pouco, foi caminhando para a questão dos direitos humanos. E foi esse deslocamento justamente que permitiu que ele chegasse à presidência dessa comissão que está na Síria. Em história, ainda, eu me esqueci de falar justamente do Michael Hall, que é o americano que desembarcou em Campinas e que passou a vida dentro da UNICAMP. O Michael Hall veio de uma universidade americana, mas ficou de tal maneira apegado à UNICAMP, que permanece na instituição até hoje. Quanto à Antropologia, eu comecei indo ao Lévi-Strauss, porque ele estava com força total. Para ter acesso ao Lévi-Strauss, eu pedi o apoio de José Guilherme Merquior, que era secretário da embaixada brasileira

em Paris, e com ele fez o doutorado. O Merquior era uma pessoa muito útil nesses contatos na área universitária. O Lévi-Strauss disse que amava o Brasil, etc., mas foi reticente na questão da UNICAMP. Então o que eu fiz? Um dos diplomatas de meu conhecimento era embaixador em Londres, era um homem muito inteligente, membro também da Academia Brasileira de Letras. E outro, desse grupo de diplomatas, era cônsul geral do Brasil em Londres. Eu escrevi a ambos, ao embaixador e ao cônsul geral, pedindo que eles anunciassem nas Universidades de Cambridge que nós estávamos querendo contratar dois antropólogos da escola inglesa, isto é, da tendência não estruturalista. Foi assim que foram recrutados o doutor Peter Fry, que é um nome nacional da antropologia brasileira, e a doutora Verena Martinez, que hoje é professora em Madrid, na Espanha. Além disso, recrutei dois brasileiros para a antropologia, dois jovens doutores, através do professor Roberto Cardoso: um assistente dele, o professor Roberto da Mata, que é conhecidíssimo no Brasil, e a professora Francisca Isabel Vieira Keller, que tinha feito um doutorado sobre os imigrantes japoneses em São Paulo com uma tese de vanguarda. Em antropologia foram esses os primeiros professores que eu contratei para a UNICAMP. Vocês vejam que eu nunca contratei gente que não fosse de primeira linha. Eu selecionava muito, mas acabava acertando.

E&F: *O senhor podia falar um pouco sobre a sua tese de livre-docência?*

Fausto Castilho: Em Husserl há várias possibilidades de você passar do fato, do acontecimento, à dimensão propriamente transcendental – vamos usar essa linguagem. Há uma via redutiva a partir da matemática, na qual você parte da matemática para chegar a uma redução transcendental da matemática; há uma via redutiva das ciências exatas; e na última grande obra de Husserl existe uma tentativa de fazer a redução a partir do que ele chama de “mundo da vida”, isso é, *Lebenswelt*. E eu examino então essa possibilidade e em que medida, a partir do mundo da vida, você pode chegar à redução que termina no transcendental. Uma tese bem técnica, um negócio meio chato.

E&F: *O senhor foi professor de estética e já traduziu textos da área (Croce, por exemplo). Qual a importância disso na sua reflexão filosófica?*

Fausto Castilho: Eu posso falar um pouco sobre a minha predileção por Benedetto Croce, porque a Estética se criou no século XVIII, como uma disciplina filosófica, quando já havia uma reflexão sobre as artes e o belo, e além do belo, sobre os outros conceitos afins ao belo. Havia uma longa reflexão, que vinha dos gregos. Quando Kant, Hegel e os idealistas alemães em geral passam a falar em estética, você descobre que eles não têm nenhuma familiaridade com as obras de arte. O que acontece é que a noção de estética foi transferida da filosofia teórica – como se diz, especulativa, em Kant – para um domínio que se está procurando demarcar; e é muito difícil fazer essa demarcação. Eu descobri Croce através de um amigo que já faleceu há alguns anos e que me disse um dia o seguinte: “Você tem de ler Croce, porque ele é o único filósofo da arte que tem familiaridade com a arte, ele frequenta as artes por hábito, por formação infantil”. Ele pertence ao mundo das artes, pois ele não teve de fazer nenhum esforço suplementar para encontrar as artes, ele sempre viveu no meio das artes. E é por isso que ele é o melhor filósofo da estética. É porque você não sente nada forçado, tudo é espontâneo: é por isso que eu escolhi o Croce para dar uma introdução à estética. Eu tenho o maior apreço pela estética, porque eu acho que é uma disciplina que deve iniciar a filosofia, conforme a posição de Benedetto Croce.

E&F: *O senhor poderia nos falar um pouco sobre os seus estudos sobre Descartes e Kant?*

Fausto Castilho: Meus estudos sobre Descartes começaram muito cedo. Eu já mencionei os professores que eu tive sobre Descartes, e disse que eles atendiam às três linhas interpretativas que no momento disputavam a primazia na interpretação de Descartes na Sorbonne. Quando eu pensei em publicar, pela editora da UNICAMP, uma tradução das *Meditações*, eu me apercebi de que cada um dos intérpretes tinha um predomínio sobre uma parte das *Meditações*. Toda a primeira parte eu traduzi pensando em Gouhier. É claro que não totalmente, porque o problema da dúvida nasce justamente da inconsistência da retomada da ontologia grega. O cogito

introduz um problema enorme, porque Descartes confia na noção de substância que, a meu ver, é perempta. Mas eu procurei fazer uma tradução que fosse legível, bem como um comentário, e isso resultou num calhamaço de mil e tantas páginas, que evidentemente eu não pude publicar. Então, o que eu publiquei foi uma parcela bem reduzida do curso sobre Descartes, ou seja, a tradução das *Meditações sobre filosofia primeira*, que eu fiz para um curso na graduação, não na pós-graduação. E esse curso eu pretendo publicar um dia. Eu gostaria de publicar em um único volume, porque é uma coisa que pode ser manejada em sala de aula. Evidentemente, aquelas mil e tantas páginas terão que ser reduzidas.

Quanto a Kant, o meu professor foi o Alquié, que publicou a obra completa de Kant, traduzida em francês pela Gallimard, que é uma edição, como se diz, respeitável. Eu não tenho uma tendência de praticizar Kant, porque há um conceito na prática de Kant que eu acho de difícil aceitação, que é o conceito de ente racional como tal. Onde é que mora essa figura? Eu peço a vocês que me dêem o endereço. Nós conhecemos, entre nós, alguns racionais. Agora, fora desse contexto, é muito difícil você falar em ente racional como tal. Esse conceito é que dificulta a minha aceitação de Kant como um filósofo da prática. Por isso eu continuo aristotélico, isto é, a prática é a ação dos homens em sociedade, que buscam pura e simplesmente a felicidade e a encontram. Vejam bem, e a encontram! O que para Kant é realmente inaceitável. Felicidade é apenas uma promessa para esse tal ente racional. Não se oferece aos homens, os homens não têm direito a essa felicidade, ao passo que, para Aristóteles, eles podem alcançar a felicidade. Então, Kant, para mim, continua sendo o da crítica teórica, e esse Kant que descobre, depois de velho, que ele tem de começar a investigar a teleologia. Esse é um Kant realmente fecundo, é um Kant que nós podemos acompanhar, e que podemos nele encontrar apoio.

E&F: *O senhor poderia desenvolver mais um pouco algo que estava previsto nos seus cursos sobre alguns filósofos, que é a questão da erosão da categoria de substância e a questão da cultura do óbvio?*

Fausto Castilho: Vamos falar um pouco sobre a cultura do óbvio. Eu tenho uma opinião, que é a seguinte: antes da instauração das ciências modernas, e antes da sua consolidação, toda cultura se apoiava no óbvio.

Que é o óbvio? O óbvio significa em latim o caminho para frente, isto é, o adiantar-se, a via que não impõe barreira ao progresso. Este caminho do óbvio é comum a toda a cultura anterior às ciências modernas. Não é meramente a *doxa*, a cultura que se apoia nas opiniões, por assim dizer, as melhores delas, que são as consensuais. Toda a cultura anterior às ciências modernas se faz no caminho para frente, porque o curso das evidências, o curso da experiência própria é sempre o que eu chamo de futurição, isto é, a busca do futuro para obedecer à sucessão das evidências. É nesse curso das evidências por futurição que se apoia toda a cultura anterior às ciências. Isso tem um limite, que são as duas possibilidades de fundamentar a futurição, e que se encontram no quadro de Rafael da Escola de Atenas, onde uma figura aponta para cima, que é Platão, e a outra aponta para baixo, que é Aristóteles. Toda a possibilidade de princípio na cultura do óbvio se encontra ali prefigurado ou configurado por esse gênio que foi Rafael. Por quê? Porque para Platão princípio é aquilo que você pode dependurar, o princípio é a origem do dependurado; ao passo que, para Aristóteles, o princípio é o chão, é o fundamento no sentido rigoroso do termo, que é o chão sobre o qual você constrói. Todas essas possibilidades não têm sentido para as ciências. Tanto dependurar como assentar são possibilidades que a ciência não leva em conta. É muito limitado para as ciências você dependurar ou você assentar, porque o óbvio é algo que só existe no nosso recinto. Ele está nessa coisa que tem céu, que tem terra; nesse recintozinho em que nós nos encontramos. Pensar o princípio e o fundamento dentro do recinto dá nessas duas pobres possibilidades, que são Platão e Aristóteles. Nós hoje estamos em outro plano, a nossa perspectiva é de um horizonte devastador; nós estamos nesse recinto sabendo que poderemos estar em outros daqui a algum tempo. Trata-se de uma questão de ciência, que está nas mãos dos modernos. Poderão levar-nos para Marte, poderemos ter casa lá, é uma questão de alguns séculos. Nós não estaremos mais aqui, mas temos obrigação de dizer que é isso que está acontecendo. Por isso, Rafael é um gênio no recinto, porque as artes são todas do recinto, mas as ciências não. Elas não aceitam nem a noção de cosmos, porque a própria noção de cosmos caducou. Então vamos fazer filosofia, por exemplo, vamos fazer estética. Nossa cultura depende cada vez mais das artes, então nós temos, como filósofos, que estudar

as artes em todas as suas dimensões, mas sempre declarando que isso é importante no recinto. Estou exagerando? Não, porque o esteta não gosta de ouvir isso; o cientista não, o cientista diz: “o Fausto está dizendo uma coisa que corresponde ao que nós pensamos”. Agora, por que isso? Vamos aprofundar um pouco, já que vocês me deram essa oportunidade, vamos dizer rapidamente o que eu estou achando a respeito disso. O óbvio está voltado para o futuro, ele é incapaz de retrocesso. Só que todo o processo de ampliação dos conhecimentos da ciência pressupõe um retrocesso ao passado. Só há ciência do passado, só há ciência do que já ocorreu, só há ciência do que já houve. Aristóteles já era lúcido sobre alguns temas que ocorrem a partir do Renascimento. Quando lhe perguntavam sobre o futuro, ele dizia: eu não sei nada sobre o futuro, eu não sou adivinho. Isso é um lampejo de um homem que está na base da cultura do óbvio, porque ele não se compromete com a futurição. Ao contrário de todos os que vivem nos prometendo o paraíso. Eu me detenho aqui, mas vocês já viram que a temática é importante.

E&F: *Se o senhor está relacionando a futurição com a cultura do óbvio, como ficaria Heidegger, para quem a futurição é fundamental?*

Fausto Castilho: Não só o Heidegger é um teórico da futurição, mas ele limita a futurição à própria morte do *Dasein*. Veja como isso é interminável, vocês não deviam me provocar. A própria ciência sabe que o fenômeno da morte não pode ser tratado no plano da experiência. Onde é que está a chave da morte para a ciência atual, e isso se dá assim cada vez mais? Está no pré-natal, ao passo que o Heidegger vai do nascimento à morte. Essa é a experiência do *Dasein*. Ora, o problema da morte é anterior ao nascimento, porque faz parte do estoque genético para a ciência contemporânea, isto é, o estoque genético é que detém a chave da morte dos animais. Então um fenômeno como esse é tratado pela ciência que só cuida do passado, isto é, do gene. Não se pode olhar para o moribundo, pensando que olhando para ele você vai saber o que é morte, como faz Heidegger. Não é porque eu traduzo Kant que eu sou kantiano; não é porque eu traduzo Descartes que eu sou cartesiano; não é porque eu traduzo Heidegger que eu vou virar heideggeriano. Eu sou um filósofo, isto é, penso a partir de mim mesmo. Não tem outra saída.

E&F: *O senhor já trabalhou bastante também com a reflexão sobre o marxismo. Qual a contribuição de Marx para pensar a economia política hoje?*

Fausto Castilho: Eu não sou economista, mas li Marx desde a adolescência. O que eu posso dizer para responder essa pergunta tão difícil? Eu tenho uma posição sobre a reprodução que ele anunciava. Desde os anos quarenta, ele sempre foi muito cuidadoso quando examinava a montagem das fábricas – que era uma novidade para ele e para sua época. Para nós o que ocorre é o desaparecimento das fábricas – esse é o fenômeno que nos intriga. Ele calçava a revolução em que ele acreditava em tais pressupostos, de tal modo que essa coleção de pressupostos se tornou mais importante do que o próprio desenvolvimento dos processos que levam à revolução. Então vamos nos deter em alguns desses pressupostos. Em primeiro lugar, a montagem das fábricas criava uma classe social inteiramente nova, que ele nomeava *Das Proletariat*, o proletariado. O nome não era muito apropriado, porque proletariado significava, por conotações, miseráveis, pobres, gente inteiramente desamparada. Isso já é uma denominação imprópria, porque quando você compara os camponeses, na mesma época, que iam para a cidade e entravam nas fábricas como empregados, você percebe que elas traziam um progresso pessoal enorme para a situação do trabalhador. Não há como comparar um camponês analfabeto, dependente de uma comunidade meramente biológica, dentro de um horizonte limitadíssimo – porque não havia grandes manifestações culturais no campo – com o homem que emigra para uma cidade que tem indústrias. Todos nós no Brasil conhecemos isso abundantemente. O trabalhador do campo tem uma experiência limitada de tudo na terra onde ele moureja, mas quando consegue um emprego, ocorre um salto muito grande na sua vida e na sua cultura. Para começar, ele encontra a possibilidade de uma forma de associação que não é comunitária, não é mais biológica. Ele vai se associar ao companheiro de trabalho; e isso é diferente, não há comunidade, não há biologia.

Por conseguinte, vamos conversar um pouco sobre os pressupostos. O primeiro pressuposto é de que o proletariado estava fadado a ficar cada vez mais pobre. O processo de criação do excedente não ia ser distribuído, nem sob a forma de renda, nem sob a forma de consumo, e muito menos sob

a forma de patrimônio. Isso é historicamente falso. Por quê? Em virtude da distribuição da renda. Ainda hoje o jornal local diz em manchete que houve uma transferência de dois milhões e quinhentos mil brasileiros de uma classe de renda menor para uma classe de renda maior. Como é que você pode continuar acreditando nisso? É uma questão fideísta, é uma questão de crença, porque não tem nada a ver com a informação empírica. Mas isso não é o mais grave, mas é o primeiro pressuposto para que houvesse uma revolução proletária. Por isso, esse nome ele escolheu muito mal: *Das Proletariat*. Marx tinha um bom desempenho em latim, mas, na hora de escolher a palavrinha, escolheu mal. São muitos pressupostos. Vamos falar de um segundo. É que esse grupo social dos trabalhadores de fábrica não estava confinado ao município, à província, ao estado, à nação; não, ele era mundial (*weltlich*). É um exagero, pois qual a relação entre o trabalhador que está lá em Bari, num diabo de uma fábrica, trabalhando dia e noite, com um trabalhador de uma fábrica aqui em Uberlândia? Nada. Como é que você vai falar em classe mundial? Nós temos um colega que é professor de Filosofia Política em Freiburg, na Alemanha, que explica isso de uma maneira muito precipitada, a meu ver. Ele diz que isso é profetismo, isto é, uma maneira de você se instalar no futuro de uma maneira drástica. O terceiro pressuposto refere-se à miséria crescente em que se encontraria o proletariado unido internacionalmente como uma classe organizada, e que ele seria capaz de se apropriar dos instrumentos de produção das fábricas em que ele trabalhava. Essa seria a revolução proletária verdadeira, que, ao invés de passar pelo Estado, iria direto à desapropriação dos meios de produção nos locais de trabalho. Ora, isso nunca ocorreu em parte alguma. Houve acessos, surtos, houve episódios esporádicos de apropriação dos operários dos seus meios de trabalho, porque para o operário a máquina é um meio de trabalho, não é um meio de produção. Produção é um conceito muito mais complicado.

Veja, eu mostrei que os pressupostos não se cumpriram. Há esse professor de Freiburg que diz: “Isso é profecia!”. Não é bem isso, trata-se de promessa. É uma coisa mais modesta, mas que também é sujeita a erro, a equívocos. Então você me pergunta sobre a contribuição de Marx para a crítica da economia política. Veja, você faz todo o processo social depender da revolução proletária. Há coisas mais graves ainda que

ocorreram, por exemplo, no século XX. Eu lembro aos amigos o debate entre Lênin e Kautsky: Kautsky, um alemão; Lênin, um russo. O alemão dizia para o Lênin: “Você organizou um grupo de intelectuais, classe média mal resolvida profissionalmente, gente que, em geral, nunca entrou em uma fábrica, e você acha que esse grupinho que você organizou sob o nome de Partido Revolucionário vai conseguir impor o socialismo naquele império oriental de vocês?”. Essa discussão já não tem mais relação com os pressupostos de Marx, isso já é uma reinterpretação do marxismo para países que não têm proletariado. Alguns anos atrás, nos anos sessenta, esteve em voga a ideia de que quem ia fazer a revolução eram os estudantes. Quando se encontrava o pessoal do centro acadêmico, eles diziam: “Professor, nós estamos fazendo história, nós vamos chegar até a revolução socialista!”. Ora, seria muito curioso, porque se o sujeito não era proletário, como é que poderia ser – do ponto de vista de Marx – revolucionário? Por que faz passeata? Por que faz greve? Eu fico por aqui, mas peço atenção às pessoas de boa vontade, isto é, que realmente estejam dispostas a discutir e a debater, que pensem um pouco nesses pressupostos que eu enunciei. Porque isso é uma cadeia lógica, eu não inventei nada. Está escrito em Marx.

E&F: *Conte-nos um pouco sobre sua experiência como tradutor.*

Fausto Castilho: Eu tenho uma opinião, que é bastante dissonante em relação ao que prevalece hoje nos meios científicos, principalmente, das ciências da natureza, da biologia, etc. Eu acho que filosofia se faz em português. Não há possibilidade de você filosofar, a não ser que você se aproprie do conhecimento do vernáculo. Isso decorre dos obstáculos que você encontra diariamente nas traduções dos textos filosóficos. Você não pode prescindir de tradução, não há essa possibilidade, porque a filosofia sempre foi muito dividida, ela nunca foi monopólio de nenhum idioma. Mesmo quando você tinha uma predominância total do latim na Idade Média ocidental, você tinha uma filosofia em hebraico, você tinha uma filosofia em árabe, você tinha uma filosofia em siríaco. Isso sempre foi assim, o domínio de um idioma nunca significou a eliminação dos outros idiomas, porque as hegemonias são passageiras. Mesmo quando elas

mudam com os anos, elas não são definitivas. Então, achar que a filosofia tem que ser feita em inglês, porque o PIB dos Estados Unidos é superior ao de todos os outros países organizados é uma visão muito oportunista, circunstancial. Por isso, quando um aluno meu quis estudar Kierkegaard, recebeu a resposta: o senhor vá estudar dinamarquês lá em Copenhague. Filosofia tem de ser feita, digo eu, em vernáculo. Agora, que vernáculo é esse? É o que vem do latim, quero dizer, ou você reestabelece o estudo do latim no Brasil, ou você não terá um vernáculo para fazer filosofia, porque não é a língua coloquial, a língua falada todo dia que vai conceituar as dificuldades filosóficas. As dificuldades filosóficas estão contidas nas raízes dos conceitos principais. E para isso você tem que “tomar um banho”, que significa, aqui no nosso caso, de latim. Veja, os homens do século XVI e XVII, na hora da dificuldade, apelaram para o grego. Foram desenterrar esse conceito de substância, que eles reinventaram, porque em grego é *ousía*. Agora, por que eles reinventaram? Porque conheciam latim. Então, a minha opinião sobre as línguas de filosofia é essa, é que a filosofia é multilíngue. O prazer que eu tenho em ler aquela carta do Galileu, em que ele conta a Antonio dei Medici que a lua é acidentada, tem montanhas, tem vales, é porque ele o diz no belíssimo latim acadêmico: cavidades, buracos. É o prazer de ler uma carta de Galileu escrita em italiano, que no fundo é latim. Eu não acredito na hegemonia do inglês para se fazer filosofia. O inglês pode ser bom para você redigir textos compostos mais de equações do que de palavras, aí então pode ser que o inglês seja mais expedito. “Expedito” quer dizer, em latim, resolver a questão rapidamente. Mais um exemplo. Bergson, como era a norma dos países civilizados, defendeu o doutorado em latim. E isso se deu no final do século XIX, começo do século XX. Então vocês vejam como esse negócio de língua é uma coisa importantíssima.

Sobre o meu trabalho como tradutor, posso dizer o seguinte. Eu tenho traduções que eu não publico, porque eu não confio nelas. Eu tenho alguns textos do Aristóteles que eu adoro, que eu não confio, guardo para mim mesmo. Tenho traduções do latim moderno, não me atrevo a traduzir os clássicos, é outra conversa – isso é para gente mais adulta do que eu. Agora, tem traduções do francês clássico, aí eu tenho mais segurança por causa do colégio francês. Eles ficavam namorando as palavras,

mostrando as alternativas: Racine, Molière e La Fontaine. Talvez esses textos eu venha a publicar um dia, se me der na telha. Tenho também traduções do alemão. Traduzi os cursos de lógica que o amigo de Kant, Jäsche, publicou supervisionado por Kant. Essa obra é semi-autoral, não pertence inteiramente à obra de Kant. Mas eu traduzi porque é útil para você fazer uma iniciação ao kantismo, passar pelo curso de lógica geral de Kant. Tenho traduções de Hegel, que eu não publiquei. Tenho traduções de Marx, também não publicadas, por exemplo, na tese que o professor Hélio Ázara apresenta sobre *O Capital*, sob minha orientação, ele utiliza algumas traduções que eu fiz de Marx. Não é um alemão muito difícil, porque Marx é um escritor moderno. Agora vai sair a minha tradução de Heidegger. Levei a vida inteira traduzindo Heidegger. Eu já tinha desanimado, porque há uns dez ou doze anos eu fiz a última versão para a tradução, que agora já passou por umas vinte revisões. Caiu na mão das revisoras da Editora da UNICAMP, então tem umas “feras” lá que não aceitam de jeito nenhum qualquer coisa. Assim, a obra já foi revista não sei quantas vezes. É a função das revisoras, são contratadas para isso. Finalmente o filho do Heidegger aceitou, pela primeira vez no ocidente, esta edição bilíngue. Não há nenhuma língua ocidental que tenha uma edição bilíngue. Quando o jurídico da Editora da UNICAMP me informou disso, eu disse: “Mas nós vamos publicar o *Ser e o Tempo* em edição bilíngue!”. Há muita coisa que eu gostaria de traduzir, mas é uma questão de tempo. Por exemplo, eu gostaria de traduzir *Salammô*, de Flaubert; não tem nada a ver com filosofia, mas o Sartre não fez um livro sobre Flaubert em três volumes? É isso que eu diria.

Data de registro: 13/03/2012

Data de aceite: 13/05/2013